



Introdução à Economia Social de Mercado







Marcelo F. Resico

**Introdução à
Economia Social de Mercado**





Editor responsável
Felix Dane

Revisão
Kathrin Zeller
Reinaldo J. Themoteo

Tradução
Ana Beatriz Torres

Capa e diagramação
Cacau Mendes

Fotos da capa
Wikimedia Commons

Impressão
J. Sholna

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R341i

Resico, Marcelo F.

Introdução à Economia Social de Mercado / Marcelo F.
Resico. – Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung 2012.
396p.; 15,5 x 22,5 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7504-169-7

1. América Latina – Condições econômicas – Discursos,
ensaios, conferências. I. Título. II. Konrad-Adenauer Stiftung.

CDD-330.98



*Para meus filhos Victoria e Santiago,
O melhor presente que Deus me deu.*

*Al pueblo le di toda la parte que le era debida,
sin privarle de honor ni exagerar en su estima.
Y de los que tenían el poder y destacaban por ricos,
también de estos me cuidé que no sufrieran afrenta.
Me alcé enarbolando mi escudo entre unos y otros
y no les dejé vencer a ninguno injustamente.*

Solón

In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas.
Santo Agostinho







Sumário geral

PRÓLOGO DA EDIÇÃO LATINO-AMERICANA	13
PRÓLOGO DO AUTOR	17
INTRODUÇÃO	21

PARTE I: TEORIA DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

Seção 1: ECONOMIA: CIÊNCIA E REALIDADE	25
1. Introdução à economia	27
2. Conceitos econômicos básicos	36
3. Teoria econômica	45
4. Alternativas de organização econômica	54
5. Elementos do mercado	57
6. Requisitos econômicos do mercado	61
7. Funcionamento do mercado	67
8. Crítica ao mercado enquanto mecanismo	75
9. O papel do Estado nos mercados	79
10. Concorrência e estruturas de mercado	85
11. Teoria da oferta e da empresa	93

Seção 2: CONCEITO DE ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO	102
12. Marco de ordenamento econômico	103
13. O que é a Economia Social de Mercado?	111
14. Princípios sociopolíticos	117
15. Princípios econômicos da Economia Social de Mercado	122
16. Inter-relações da Economia Social de Mercado	129
17. Evolução dinâmica e aplicação	138
18. A Economia Social de Mercado e as correntes de pensamento	150

PARTE II: POLÍTICA ECONÔMICA NA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

1. Objetivos e atores da política econômica	168
2. Ciclos econômicos e política macroeconômica	184
3. Dinheiro e política monetária	194
4. Finanças públicas e política fiscal	213
5. Política de defesa da concorrência	232
6. Mercado de trabalho e política trabalhista	243
7. Políticas sociais	264
8. Políticas ambientais	287
9. Sistema econômico internacional	297
10. Processos de integração: União Europeia	320
11. Processos de Integração na América Latina	344

BIBLIOGRAFIA	373
ÍNDICE ANALÍTICO	385



Sumário detalhado

PARTE I: TEORIA DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO	25
-----------------------------------------------------	----

Seção 1: ECONOMIA: CIÊNCIA E REALIDADE

I.1. INTRODUÇÃO À ECONOMIA	27
I.1.1. A economia como atividade humana	28
I.1.2. As perguntas fundamentais da atividade humana	28
I.1.3. Economia e economicismo	30
I.1.4. Setor ou aspecto?	30
I.1.5. Escassez	32
I.1.6. Classificação dos bens	34
I.1.7. Definição de economia	35
I.2. CONCEITOS ECONÔMICOS BÁSICOS	36
I.2.1. Tipos de atividades econômicas	36
I.2.2. Fatores da produção	39
I.2.3. A escassez e o princípio econômico	40
I.2.4. A fronteira de possibilidades de produção	42
I.3. A TEORIA ECONÔMICA	45
I.3.1. Metodologia econômica e modelos econômicos	45
I.3.2. Partes da teoria econômica	47
I.3.3. Economia nacional ou macroeconomia	48
I.4. ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA	54
I.4.1. O problema econômico e suas soluções	54
I.4.2. Economia de mercado	54
I.4.3. Economia planejada	55
I.5. ELEMENTOS DO MERCADO	57
I.5.1. A troca e o mercado	57
I.5.2. Classificação dos mercados	57
I.5.3. Mercado e coordenação de interesses	58
I.6. REQUISITOS ECONÔMICOS DO MERCADO	61
I.6.1. Propriedade privada	61
I.6.2. Concorrência	63
I.6.3. Função do dinheiro estável	65
I.7. FUNCIONAMENTO DO MERCADO	67
I.7.1. Mercado, escassez e sistema de preços	67
I.7.2. Autorregulação do mercado	68
I.7.3. Oferta e demanda	69
I.7.4. Equilíbrio do mercado	70
I.7.5. Outros fatores da oferta e da demanda	72
I.8. CRÍTICA AO MERCADO ENQUANTO MECANISMO	75
I.8.1. Economia e pressupostos antropológicos	75
I.8.2. Leis econômicas e exceções	76
I.8.3. Concorrência como ordem artificial	78





I.9.	O PAPEL DO ESTADO NOS MERCADOS	79
I.9.1.	Falhas de mercado	80
I.9.2.	Problemas regulatórios e intervencionismo	82
I.10.	CONCORRÊNCIA E ESTRUTURAS DE MERCADO	85
I.10.1.	Estruturas de mercado	85
I.10.2.	Mercados abertos e acesso ao mercado	87
I.10.3.	Barreiras de entrada e de saída	89
I.10.4.	Defesa da concorrência	91
I.11.	TEORIA DA OFERTA E DA EMPRESA	93
I.11.1.	Mercado e processo produtivo	93
I.11.2.	Oferta e organização empresarial	94
I.11.3.	Liderança empresarial	95
I.11.4.	Contabilidade e cálculo dos ganhos	97
I.11.5.	Tipos de empresas e sociedades	100

Seção 2: CONCEITO DE ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

I.12.	MARCO DE ORDENAMENTO ECONÔMICO	103
I.12.1.	Ordem econômica e política de ordenamento	103
I.12.2.	Constituição econômica	104
I.12.3.	Ordenamento econômico e escassez	105
I.12.4.	Princípios, instituições e políticas econômicas	106
I.12.5.	Ordenamento econômico e concorrência de sistemas	107
I.13.	O QUE É A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO?	111
I.13.1.	Conceito de Economia Social de Mercado	111
I.13.2.	Contexto histórico do desenvolvimento da Economia Social de Mercado	112
I.13.3.	Uma síntese de liberdade e justiça social	114
I.14.	PRINCÍPIOS SOCIOPOLÍTICOS	117
I.14.1.	Responsabilidade pessoal	117
I.14.2.	Solidariedade	118
I.14.3.	Subsidiariedade	119
I.14.4.	Consenso	120
I.15.	PRINCÍPIOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO	122
I.15.1.	Princípios estruturais e reguladores	122
I.15.2.	Processo de mercado e intervenção	124
I.15.3.	Política de ordenamento e política de processos	125
I.15.4.	Um Estado forte e limitado	126
I.16.	INTER-RELAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO	129
I.16.1.	Economia Social de Mercado e Estado de direito	129
I.16.2.	Economia Social de Mercado e ordem social	132
I.16.3.	Economia Social de Mercado e dignidade humana	134
I.17.	EVOLUÇÃO DINÂMICA E APLICAÇÃO	138
I.17.1.	Período inicial	139





I.17.2. Política de controle global	143
I.17.3. Retorno ao princípio do mercado	144
I.17.4. A reunificação	146
I.18. A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E AS CORRENTES DE PENSAMENTO	150
I.18.1. Socialismo e construtivismo social	150
I.18.2. Liberalismo e conservadorismo	155
I.18.3. O pensamento social-cristão	160

PARTE II: POLÍTICA ECONÔMICA NA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

II.1. OBJETIVOS E ATORES DA POLÍTICA ECONÔMICA	168
II.1.1. Papel dos objetivos da política econômica	168
II.1.2. Quais são os objetivos da política econômica?	170
II.1.3. Conflitos de objetivos na política econômica	176
II.1.4. Atores da política econômica	178
II.1.5. O papel das estatísticas públicas	181
II.1.6. Principais partes da política econômica	182
II.2. CICLOS ECONÔMICOS E POLÍTICA MACROECONÔMICA	184
II.2.1. O fenômeno dos ciclos econômicos	184
II.2.2. Teoria do ciclo econômico	187
II.2.3. Teoria keynesiana ou perspectiva da demanda	188
II.2.4. Monetarismo ou perspectiva da oferta	190
II.2.5. Política anticíclica ou macroeconômica na Economia Social de Mercado	192
II.3. DINHEIRO E POLÍTICA MONETÁRIA	194
II.3.1. Dinheiro e ordem monetária	194
II.3.2. Funções e qualidades do dinheiro	195
II.3.3. Estabilidade do valor do dinheiro: Inflação e deflação	197
II.3.4. Ordem monetária e sistemas de tipo de câmbio	201
II.3.5. O Banco Central e a política monetária	203
II.3.6. Funcionamento do setor bancário	205
II.3.7. Mercados de capitais	209
II.4. FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL	213
II.4.1. Constituição financeira	213
II.4.2. Orçamento nacional	214
II.4.3. Receitas do Estado	217
II.4.4. Despesa pública	219
II.4.5. O resultado fiscal e seu financiamento	222
II.4.6. Política fiscal	225
II.4.7. Federalismo fiscal	226
II.4.8. Subsídios e ajudas públicas	228
II.4.9. Empresas públicas - privatização	229
II.5. POLÍTICA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA	232
II.5.1. Concentração econômica e poder de mercado	232
II.5.2. Defesa da concorrência na Economia Social de Mercado	234
II.5.3. Leis de defesa da concorrência	235
II.5.4. Lei Alemã contra restrições à concorrência	237



II.5.5.	Outros sistemas de defesa da concorrência	238
II.5.6.	Política de defesa do consumidor	239
II.5.7.	Regime de patentes	240
II.6.	MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICA TRABALHISTA	243
II.6.1.	Organização do mercado de trabalho	243
II.6.2.	Emprego e desemprego	245
II.6.3.	Políticas de emprego e do mercado de trabalho	248
II.6.4.	Associações de trabalhadores e empregadores	253
II.6.5.	Legislação trabalhista protetora	254
II.6.6.	Direitos de acordos coletivos	257
II.6.7.	Conflito trabalhista e direito a greve	258
II.6.8.	Sistema de cogestão e regime empresarial	259
II.6.9.	Desafios da economia informal	261
II.6.10.	Sistema de formação técnico-profissional	262
II.7.	POLÍTICAS SOCIAIS	264
II.7.1.	Ordem social e ordem econômica	264
II.7.2.	O desafio da pobreza	265
II.7.3.	O desafio da desigualdade	268
II.7.4.	Estado social versus Estado do bem-estar social	271
II.7.5.	Política social	274
II.7.6.	Assistência social básica	277
II.7.7.	Sistema de pensões e aposentadorias	278
II.7.8.	Seguro contra acidentes	280
II.7.9.	Seguro médico e prevenção de doenças	281
II.7.10.	Seguro contra invalidez	283
II.7.11.	Política de habitação	284
II.7.12.	Política da família	285
II.8.	POLÍTICAS AMBIENTAIS	287
II.8.1.	Proteção dos recursos naturais	287
II.8.2.	Objetivos da proteção ambiental	290
II.8.3.	Instrumentos da política ambiental	291
II.8.4.	Agentes da política ambiental	293
II.8.5.	Gestão empresarial ambiental	295
II.9.	SISTEMA ECONÔMICO INTERNACIONAL	297
II.9.1.	Setor externo e balança de pagamentos	297
II.9.2.	Teorias do comércio internacional	301
II.9.3.	Realidade do comércio internacional	302
II.9.4.	Organização do comércio internacional	304
II.9.5.	Sistema monetário internacional	306
II.9.6.	Organismos internacionais	307
II.9.7.	O fenômeno da globalização	311
II.9.8.	Migrações internacionais	314
II.9.9.	Políticas de desenvolvimento	317
II.10.	PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: UNIÃO EUROPEIA	320
II.10.1.	Processos de integração econômica	320
II.10.2.	União Europeia	323

II.10.3. Instituições governamentais	324
II.10.4. Sistema legal	329
II.10.5. Política comercial da UE	330
II.10.6. Política monetária europeia	332
II.10.7. Orçamento da UE	336
II.10.8. Política europeia de defesa da concorrência	337
II.10.9. Política social e de emprego europeia	338
II.10.10. Política regional e estrutural da UE	340
II.10.11. Política de pesquisa e educacional da UE	341
II.10.12. Ampliação e desafios futuros	342
II.11. PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	344
II.11.1. Histórico e principais desenvolvimentos	344
II.11.2. Associação Latino-Americana de Livre Comércio	346
II.11.3. Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe	347
II.11.4. Associação Latino-Americana de Integração	348
II.11.5. Sistema de Integração Centro-Americana	349
II.11.6. Comunidade do Caribe	351
II.11.7. Comunidade Andina de Nações	353
II.11.8. MERCOSUL	354
II.11.9. Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América	358
II.11.10. União das Nações Sul-Americanas	359
II.11.11. Relações União Europeia - América Latina e Caribe	361
II.11.12. Tratados entre países da América Latina e Estados Unidos	366
II.11.13. Comunidade Ibero-Americana de Nações	368
II.11.14. Processos latino-americanos de integração em perspectiva	369
BIBLIOGRAFIA	373
ÍNDICE ANALÍTICO	385



Prólogo da Edição Latino-Americana Fundação Konrad Adenauer

O Programa Regional de Políticas Sociais para a América Latina (Soziale Ordnungspolitik in Lateinamerika – SOPLA, sigla em alemão) da Fundação Konrad-Adenauer (KAS) foi criado em 2004, com o objetivo de coordenar e impulsionar em nível regional os diversos esforços realizados pelas representações da KAS nos países da América Latina relacionados à difusão dos conceitos básicos da Economia Social de Mercado (ESM).

Este livro de Marcelo Resico representa um dos principais instrumentos para alcançar esse objetivo. O autor não apenas introduz de forma didática os principais conceitos da Economia Social de Mercado, como oferece uma visão ampla e adaptada à realidade latino-americana – com exemplos práticos de quase todos os países da região – da inter-relação entre a teoria da Economia Social de Mercado e sua possível implementação na América Latina. Isto é, além de uma descrição dos elementos fundamentais da ESM, o autor apresenta opções de implementação na América Latina, levando em consideração as particularidades da região. Elaborar também propostas baseadas na Economia Social de Mercado para abordar os desafios socioeconômicos enfrentados pelos países latino-americanos no século XXI.



MARCELO F. RESICO

A obra não é, portanto, apenas uma introdução à Economia Social de Mercado e seus conceitos básicos, mas também um manual para aqueles que têm interesse em conhecer as respostas que a ESM oferece às distorções conjunturais e estruturais da economia nos âmbitos da política monetária, política fiscal, defesa da concorrência, mercado de trabalho, políticas sociais, política ambiental, sistema econômico internacional e processos de integração.

Marcelo Resico elaborou a Introdução à Economia Social de Mercado de tal forma que o livro acaba sendo do interesse de diversos grupos de leitores: o economista ou cientista social, interessado em conhecer e analisar modelos econômicos que apresentam propostas concretas para abordar os déficits socioeconômicos da região; o docente universitário; jornalistas que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a ESM; estudantes de economia, sociologia, ciências políticas ou direito e, naturalmente, todo leitor interessado em assuntos relacionados à política econômica e social.

Contudo, o objetivo principal deste livro é atingir os jovens estudantes universitários das faculdades de economia, que estão cursando os primeiros anos das suas carreiras e que buscam um modelo de sistema socioeconômico que possa combinar os mecanismos de livre mercado aos elementos de políticas sociais e que ofereçam uma resposta aos grandes desafios do combate à pobreza, distribuição mais justa da renda e melhor articulação de interesses entre empregados e empregadores. Justamente para esses jovens em processo de formação, os conceitos e as propostas da Economia Social de Mercado podem representar um modelo atraente que talvez, quando concluírem o processo de formação nos centros de estudos superiores, possam tentar implementar nos seus países.

Queremos expressar nosso agradecimento a Marcelo Resico pelo seu árduo trabalho de pesquisa e pelos anos investidos na gestação desta obra tão importante. Fazemos extensivo o agradecimento a Hans Blomeier, Christoph Korneli e Bernd Löhmann, que, na qualidade de representantes da Fundação Konrad-Adenauer em Buenos Aires, na Argentina, acompa-



Prólogo da edição latino-americana | Fundação Konrad Adenauer

nharam o desenvolvimento desta iniciativa tão significativa. Esperamos que o presente seja do agrado e interesse dos seus leitores.

OLAF JACOB

*Diretor do Programa Regional de Políticas Sociais
para a América Latina da Fundação Konrad Adenauer
Rio de Janeiro, Brasil*







Prólogo do autor

Esta obra tem como objetivo principal apresentar ao leitor da língua portuguesa na América Latina uma introdução à teoria, instituições e políticas que constituem a Economia Social de Mercado.

A ideia deste livro surgiu da inquietação por apresentar a concepção da Economia Social de Mercado de forma lógica e pedagógica, complementar à forma de acesso alfabética do *Diccionario de Economía Social de Mercado* (o mais recomendável, nesse sentido, seria começar com a leitura desta *Introdução à Economia Social de Mercado*, e deixar o *Diccionario* para a ampliação e aprofundamento de questões pontuais). Uma segunda intenção deliberada foi incluir, principalmente na seção que se refere às políticas econômicas, uma série de exemplos e material estatístico correspondente às economias latino-americanas.

Para alcançar estes objetivos, foi necessário um grande esforço de estudo e síntese, recorrendo a várias referências históricas existentes principalmente na Alemanha, onde foi gerada esta abordagem. Ainda assim, foi concedida muita atenção ao aspecto formal e ao estilo lógico e pedagógico da apresentação. Um desafio particular foi transferir os conceitos fundamentais e políticas econômicas para uma forma de argumentação e um estilo de redação mais adequados ao leitor *latino*.



MARCELO F. RESICO

Para esta finalidade, tomei como base primeiramente o conhecimento da vasta produção acadêmica citada na Economia Social de Mercado em diversos idiomas (da qual são apresentadas referências no final desta obra). Em segundo lugar, contei com o apoio dos meus próprios trabalhos precedentes, especialmente minha tese de doutorado, dedicada ao pensamento de um dos principais teóricos da Economia Social de Mercado, *Wilhelm Röpke*,¹ publicada recentemente com o título *La estructura de una economía humana. Reflexiones en cuanto a la actualidad de W. Röpke*. Em terceiro lugar, existe uma grande dívida em relação ao *Diccionario de Economía Social de Mercado*, que considero a obra de síntese mais completa e atualizada sobre a abordagem até a data em que escrevi este manual, e na qual está baseada boa parte dos capítulos desta obra.

Para a parte dedicada aos exemplos, dados e reflexões em relação às economias da América Latina, busquei apoio na extensa experiência realizada na minha carreira como professor de economia, no Programa de Análise Conjuntura Econômica da Universidade Católica Argentina (UCA), do qual fui codiretor no período 2002-2005, e na qual ocupo o cargo de assessor econômico e colunista em uma série de publicações periódicas. Pude contar também com a inestimável ajuda de Juan Ignacio Vázquez Broqué para a recompilação e apresentação das diversas fontes de dados.

Do ponto de vista da própria trajetória acadêmica, esta obra é o ponto mais acabado de uma vocação despertada com o início dos meus estudos em economia. Nos anos oitenta, enquanto estudava a abordagem neo-estruturalista e neo-keynesiana, tive a oportunidade de refletir sobre o fenômeno contemporâneo da hiperinflação, que afetou vários países. Na década de noventa, enquanto estudava o enfoque neoliberal, pude refletir sobre as causas das recessões deflacionárias que afetaram outros tantos países da região.

Durante todos esses estudos e experiências como economista, me preocupavam principalmente duas questões. Por um lado, a necessidade de

1 Educa, 2008.

Prólogo do autor

uma fundamentação antropológica e ética, diferente da convencional, da base normativa da teoria econômica, sem a qual esta se reduz a uma mera descrição e acúmulo de dados, que perdem parte da sua capacidade explicativa e utilidade. Por outro lado, eu tinha um interesse cada vez maior pelo problema da possibilidade de formulação de um sistema econômico-institucional que pudesse servir para organizar uma economia, provendo uma base firme para um desenvolvimento equitativo e sustentável.

Devo admitir que o enfoque da Economia Social de Mercado atendeu a ambas as questões. Assim, cheguei à conclusão de que a Economia Social de Mercado, corretamente entendida como o resultado do pensamento social-cristão em economia, sem a pretensão de ser aplicada na forma de *modelo* ou receita refratária às circunstâncias particulares, possa ser um enfoque esclarecedor e útil para evitar os extremos ideológicos que foram se apresentando na história da política econômica na América Latina e possa proporcionar inspiração para resolver uma série de problemas concretos não apenas na conjuntura, mas a médio e longo prazo.



Introdução

A *Economia Social de Mercado* é, ao mesmo tempo, uma teoria completa da economia e um modo de organização comprovado da economia real. Este enfoque foi desenvolvido na Alemanha e aplicado à economia desse país com um sucesso significativo, logo depois da segunda guerra mundial. Os resultados da sua aplicação se revelaram tão gritantes que foram qualificados de um “milagre econômico” e tiveram notável influência sobre as soluções semelhantes em países vizinhos da época. Mais recentemente, esta abordagem foi uma contribuição de peso para a superação da divisão da Alemanha, logo depois da reunificação de 1989. Ainda assim, a solidez teórica da proposta, associada aos bons resultados, colaborou para que este enfoque influenciasse tanto o sistema econômico adotado pela União Europeia, quanto nos países em transição e outros países em desenvolvimento.

A Economia Social de Mercado surgiu da busca de um marco econômico e institucional de médio e longo prazo, que pudesse ser explícito, respeitado e estável como base para a organização de um sistema econômico. Os diferentes atores da economia, como os consumidores, investidores, poupadores, sindicatos, empresários, precisam de um marco de referência claro e confiável a médio e longo prazo para a tomada de decisões. Este marco influi não só nas decisões tomadas com vistas a resultados imediatos,

MARCELO F. RESICO

como também especialmente naquelas que implicam um certo contexto de situação no futuro, como os investimentos ou as pensões e aplicações financeiras. Esta concepção é denominada na abordagem da Economia Social de Mercado sistema de ordenamento da economia (*Ordnungspolitik*).

A partir do ponto de vista da sua fundamentação, este sistema deriva da ideia inalienável da *dignidade da pessoa humana*, tal como fica consagrada também na noção de direitos humanos. Um traço essencial desta ideia é a *primazia do direito* sobre a força, através da qual o sistema econômico todo, bem como o jurídico e o governo não podem estar baseados na prevalência do poder, mas na justiça. Estas notas básicas ficaram profundamente gravadas na experiência alemã do pós-guerra, como consequência da rejeição do fenômeno histórico do totalitarismo nacional-socialista.

O interesse permanente que existe em estudar a abordagem da Economia Social de Mercado reside, precisamente, em que é explicitamente um sistema completo de organização econômica. E nesse sentido, do ponto de vista histórico, acabou sendo de especial relevância e utilidade naquelas situações ou casos nos quais este marco não existia ou era necessária uma concepção mais integral do mesmo. Esta concepção abrange uma série de elementos, como conceitos e princípios teóricos, instituições, políticas econômicas específicas e as relações do sistema econômico com aspectos extra-econômicos, tais como a política, o ecossistema, a sociedade, a ética e a cultura.

Para realizar uma exposição o mais clara, lógica e pedagógica possível dos elementos citados, o presente manual foi escrito dividindo os temas em duas grandes partes, referidas à perspectiva teórica e à aplicação prática da abordagem, denominadas respectivamente: **I. TEORIA DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO** e **II. POLÍTICA ECONÔMICA NA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO**

Por sua vez, a Parte I está subdividida em duas seções compostas por uma série de capítulos. A primeira seção, **1. ECONOMIA: CIÊNCIA E REALIDADE**, se dedica a fornecer ao leitor os conceitos básicos da economia (como por exemplo a escassez, os fatores de produção etc.), a me-



Introdução

metodologia da ciência econômica, o funcionamento do mercado, o papel do Estado e da empresa. A segunda seção, **2. CONCEITO DE ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO**, apresenta os elementos específicos e distintivos desta abordagem, do ponto de vista teórico, como o marco de ordenamento econômico, os princípios fundamentais, tanto sociopolíticos quanto econômicos, sua evolução dinâmica e sua relação com outras tradições do pensamento.

A Parte II, dedicada às questões aplicadas de política econômica, junto com os princípios e as instituições específicas que lhes dão um marco de aplicação, possui uma única seção. Esta parte está subdividida em capítulos que se referem a temas, tais como a política macroeconômica, a política monetária e fiscal, a defesa da concorrência, as políticas trabalhistas e sociais, a política ambiental, o sistema econômico internacional e os processos de integração econômica.







Parte I

Teoria da Economia Social de Mercado

Seção 1

Economia: ciência e realidade





I.1. Introdução à economia

Definir o campo de estudo da economia, ou o equivalente aos limites da realidade econômica, é tarefa necessária e fundamental para qualquer obra sobre o assunto. Para isso, em primeiro lugar é conveniente fazer uma distinção entre a realidade econômica e a teoria econômica. A primeira inclui os fatos econômicos realizados pelos agentes da economia, seja individualmente, ou, mais frequentemente, agrupados em instituições como famílias, empresas, mercados e outro tipo de organizações da sociedade civil. A segunda é a *disciplina científica*, que estuda a realidade econômica através da aquisição de dados, da elaboração de hipóteses, princípios, juízos de valor e doutrinas, valendo-se de ferramentas metodológicas e estatísticas.

Realidade econômica	Teoria econômica
Fatos econômicos	Dados econômicos
Agentes individuais de decisões econômicas	Hipóteses e princípios Juízos de valor Doutrinas
Instituições: famílias, empresas, mercados, Estado, sociedade civil	Ferramentas estatísticas e metodológicas



MARCELO F. RESICO

1.1.1. A economia como atividade humana

Um segundo passo consiste em delimitar o conjunto de fatos que constituem o econômico, isto é, o que resultará no *objeto de estudo* da ciência econômica. Para isso é necessário distinguir as atividades humanas das coisas do mundo físico. Uma aproximação inadequada à realidade da economia seria identificá-la meramente com os bens materiais, como produtos – sejam alimentos ou manufaturas –, maquinarias ou instalações etc. Pelo contrário, a economia se refere às atividades que as pessoas realizam na relação com esses bens, ou seja, a *produção* de manufaturas, o *consumo* de alimentos, o *uso apropriado* das maquinarias, a *construção* das instalações ou a *administração* de uma empresa, etc.

1.1.2. As perguntas fundamentais da atividade humana

Pois bem, a economia estuda, como vimos, a atividade humana. Porém, aqui devemos enfrentar a seguinte pergunta: Estuda toda a atividade humana, uma parte ou um aspecto dela? É aqui onde devemos introduzir uma série de reflexões que se encontram no limite daquilo que pode ser denominado econômico e que, precisamente por esse motivo, enquadram ou ajudam a localizar seu lugar no contexto das demais ciências.

Para responder adequadamente a esta pergunta devemos introduzir primeiro uma série de questões que guiam o conjunto da atividade humana. Desta forma, poderemos estabelecer melhor o âmbito próprio e alcance, tanto da realidade, quanto da ciência econômica. As perguntas mais amplas que podem reger a atividade humana são aquelas que se referem aos *fins* da mesma, e implicam os valores mais profundos com os quais é possível ao ser humano entrar em contato: “Para que vivo?”, “por que vivo?”. Mesmo assim, encontramos questões que têm a ver com os *meios* de vida e implicam em valores, como a utilidade, a conveniência, o conforto etc.: “Como sobrevivo?”, “como vivo melhor?”, do ponto de vista da dotação de bens e serviços disponíveis (*qualidade de vida*).



I.1. Introdução à economia

Questões que regem a atividade humana

Perguntas	Objetivos	Disciplina
<i>Por que ou para que viver?</i>	Fins / valores	Ética
<i>Como sobreviver?</i>		
<i>Como viver melhor?</i> (quantidade e qualidade de bens)	Meios / utilidade	Economia

A economia está relacionada com as duas segundas questões que a pessoa se coloca em relação à sua atividade, por isso podemos afirmar que tem a ver com os meios da vida humana e não com seus fins, que estão relacionados com a pergunta anterior. Desta forma, por um lado é possível delimitar o campo da *economia* – que trata das atividades humanas relacionadas aos meios de vida – do campo da *ética*, que estuda a atividade humana do ponto de vista dos seus fins.

Por *exemplo*, um determinado ato, como roubar, pode ser eficiente do ponto de vista econômico, porque aumenta a quantidade de bens à disposição da pessoa num dado momento. Contudo, do ponto de vista ético, a ação deve ser desqualificada, porque rompe a atitude que o homem deve ter com seus semelhantes, que é de amizade, ou, pelo menos de respeito pela propriedade alheia, daí a pessoa se distanciar dos fins da vida. Como veremos mais adiante, pode-se demonstrar que, se a propriedade em geral for vulnerável em determinada sociedade, esta crescerá menos economicamente do que outra onde ela é respeitada.

Como podemos apreciar no exemplo, o fato dos aspectos éticos e econômicos da atividade humana poderem ser diferenciados não implica na divisão ou partição da atividade humana, que sempre é uma só e indivisível. Por outro lado, e como veremos em breve, os sistemas legais criam normas formais que reforçam as condutas éticas socialmente necessárias, e mais recentemente existe um interesse por orientá-los também para impulsionar as condutas mais eficientes.

MARCELO F. RESICO

1.1.3. Economia e economicismo

Uma questão muito importante se apresenta quando o segundo aspecto da atividade humana que citamos anteriormente – aquele que se refere à conveniência, utilidade e os meios para a vida – começa a deslocar e a ocupar o lugar dos valores fundamentais em relação aos fins da vida humana. É aqui onde a abordagem da Economia Social de Mercado, que se baseia, como veremos mais adiante, na abordagem ética do pensamento social cristão, se refere ao fenômeno do *consumismo*.

Deste ponto de vista, poderíamos afirmar que os bens econômicos são condição necessária, porém não suficiente para a pessoa alcançar seus fins, que não passam, em última instância, da felicidade e realização pessoal.

Não obstante, do ponto de vista das teorias econômicas, pode se apresentar uma postura que dá aval à assimilação da ética à economia através de uma suposta neutralidade em relação às questões colocadas. Esta postura não assume como limite o fato da economia estudar *um aspecto* entre outros da atividade humana, mas expande seu alcance de forma imprópria, pretendendo a explicação completa da mesma.

Poderíamos denominar esta postura de uma interpretação *econômica* da ciência econômica que, apoiada num *utilitarismo* estreito, não reconhece limite para seu campo explicativo. Por esta razão não se relaciona corretamente com as outras disciplinas que estudam a atividade humana e foi qualificada como imperialismo econômico devido à sua ambição de dominar com sua abordagem as outras áreas do saber.

1.1.4. Setor ou aspecto?

É conveniente, chegando a este ponto, e para terminar de definir com maior clareza o âmbito da realidade econômica, diferenciar as duas colocações que definitivamente *identificam* mais de uma dimensão da atividade humana. A questão aqui consiste em resolver se a economia, e também portanto, a ética, estão orientadas em direção a diferentes *partes* ou a diferen-

1.1. Introdução à economia

tes *aspectos* de uma mesma atividade humana. O mesmo poderíamos dizer, em outro plano, da relação entre o aspecto econômico e jurídico-legal de uma determinada ação.

Nesse sentido, é claro, como já citamos, que a atividade humana é uma unidade em si e que um aspecto não pode ser escondido do outro. Para mostrar isso, o mais conveniente é recorrer a outro exemplo. Vamos supor que nos encontramos na situação de uma pessoa que compra um presente para outra pessoa de quem gosta. Neste caso, existe um aspecto da atividade, que é econômico, visto que se faz uso de um recurso monetário para comprar um bem. Por outro lado, na mesma atividade, o fim é demonstrar afeto e agradar a pessoa de quem se gosta, uma atividade cujo fim excede os limites do âmbito econômico. Ambos os aspectos estão presentes – poderíamos dizer como os dois lados da mesma moeda – numa mesma e indivisível ação humana.

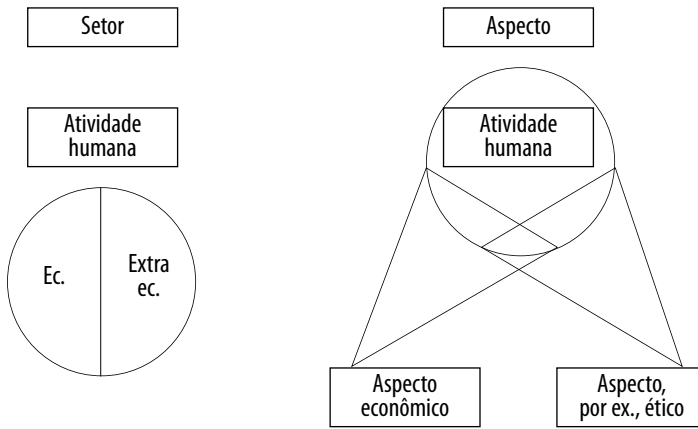
Em relação a esta questão, contudo, foi colocada durante a história da economia outra postura diferente. Durante certo período, difundiu-se a postura que afirmava que a economia estudava uma *parte* da atividade humana. Havia uma parte da atividade humana dirigida aos objetos econômicos, como os bens ou fatores produtivos, e uma parte da atividade humana alheia aos mesmos. As ações que estavam em uma categoria não podiam estar na outra, as mesmas categorias eram, então, compartimentos estanques.

Esta postura, associada a boa parte do pensamento econômico clássico, tinha um pano de fundo *materialista* ou *empirista*. Deriva-se daí uma separação entre a economia e a ética, ou seja, que apresentava também uma interpretação da economia como uma ciência *neutra*.

Os esquemas abaixo podem iluminar a questão de como seria representado graficamente um enfoque econômico que interpreta a atividade humana como uma soma de partes, a partir da qual esta é concebida como uma unidade com diferentes aspectos. Em ambos os casos a atividade humana é representada como uma circunferência. No caso da postura que apresenta a economia como setor, produz-se uma divisão da atividade hu-

MARCELO F. RESICO

mana, no caso que coloca a economia como aspecto, preserva-se a distinção do seu âmbito com a unidade da ação.



1.1.5. Escassez

Outro elemento fundamental para especificar o aspecto econômico da atividade humana, além de estar orientada para os *meios* de ação, está relacionado ao conceito de escassez. A atividade humana na relação com os meios torna-se econômica a partir do momento em que os meios são escassos. E, evidentemente, se os meios de que precisamos fossem ilimitados, não haveria necessidade de administrá-los de forma *econômica* ou de *economizá-los*.

A escassez é definida pelos recursos e meios disponíveis em relação às necessidades. Desta forma, o caráter fundamental da escassez é definido pela interpretação que temos das quantidades e qualidades dos recursos e meios, por um lado, e das necessidades, por outro. Nesse sentido, os seres humanos e suas *necessidades*, tão diversas, são o centro de toda reflexão econômica.

I.1. Introdução à economia

Em relação a esta questão, existe em primeiro lugar uma interpretação da escassez como *escassez relativa*. Esta aceção parte da constatação de que os *recursos* são *limitados* e as *necessidades* são *sempre ilimitadas*. Desta forma, conclui-se que a escassez relativa implica em que em toda e qualquer circunstância o sujeito, o agente económico, enfrenta escassez. Contudo, se analisarmos atentamente as premissas, veremos uma série de pressupostos que requerem um estudo mais minucioso.

Vamos começar pelos recursos ou meios, os quais são definidos como limitados numa perspectiva estática, centrada apenas no curto prazo, que encara a tecnologia como invariável. Não obstante, em primeiro lugar, uma visão mais ampla constatará uma distinção entre os meios e *recursos não renováveis* e os *recursos renováveis*, e assim essa limitação torna-se mais flexível. Em segundo lugar, a perspectiva estática está assentada numa concepção que encara a tecnologia como fixa. Hoje em dia, a *inovação tecnológica*, que define em grande parte como serão empregados os recursos através da economia, substituição e outros usos alternativos, pode relativizar ainda mais os limites de uma visão estática.

Por outro lado, temos o axioma de que as necessidades são ilimitadas. Esta perspectiva está centrada na identificação das necessidades com os desejos. Estes últimos, sem dúvida, podem ser ilimitados, visto que estão ligados à imaginação. Já as necessidades dependem da realidade do sujeito, parecem ser menos variáveis e indefinidas.

Por outro lado, os desejos, a partir da perspectiva por nós desenvolvida, ou seja, uma abordagem baseada em última instância num marco ético social-cristão, podem ser classificados de uma forma geral em dois grupos. Um primeiro grupo é dado pelos desejos que se desviam dos fins da pessoa, que podemos denominar *desorganizados*, enquanto os desejos que estão alinhados com os fins da pessoa seriam os *organizados*. Desta forma, de necessidades ilimitadas e indefinidas, passaríamos a um plano onde a variabilidade, apesar de admissível (levando em consideração as diferentes culturas ou estilos de vida), ficaria reduzida.

MARCELO F. RESICO

Se levarmos em conta estas considerações acerca dos recursos e das necessidades, podemos sustentar o paradigma da *relativa escassez*, onde esta continuaria regendo a atividade econômica, porém não de uma forma absolutista, como sustentam algumas correntes econômicas baseadas em outros princípios éticos. Os padrões de consumo da sociedade desenvolvida em múltiplas partes do mundo levaram a excessos e ao abuso dos recursos, que levam a um problema muito grave do ecossistema e que uma caracterização *necessidades ilimitadas* não faz mais do que avaliar.

1.1.6. Classificação de bens

Considerando o que foi exposto até agora, é possível classificar os bens em três categorias. Por um lado existem os ***bens econômicos***, que são aqueles submetidos à escassez e para obtê-los faz-se necessário renunciar a outro bem em troca. Por outro lado existem os ***bens gratuitos***, que são aqueles que para consegui-los não precisamos renunciar a bens, por exemplo, a luz do sol. Tanto os primeiros como os segundos são ***bens úteis***, visto que são procurados em relação a outro bem, não em si mesmos. Por fim, existem os ***bens meta-econômicos***, que são os que estão fora de qualquer consideração econômica, uma vez que representam valores não utilitários.

Outra classificação dos bens, de um ponto de vista diferente, agrupa-os conforme sendo fins, tais como os de consumo de capital, e intermediários, ou seja, como insumos. Os ***bens de consumo*** finais são aqueles que são utilizados para atender às necessidades humanas diretamente, como por exemplo, alimentos, vestimenta etc. Os ***bens de capital*** são aqueles que são utilizados indiretamente para atender às necessidades humanas, ou seja, que servem para produzir outros bens, como por exemplo, maquinarias, instalações etc. Os ***insumos*** se diferenciam dos bens de capital por estarem incorporados ao bem produzido final (por exemplo, pregos ou madeira num móvel) ou desaparecem no processo produtivo (eletricidade, combustível etc.).



I.1. Introdução à economia

I.1.7. Definição de economia

Feitas as considerações e reflexões anteriores, podemos afirmar então que a *economia* estuda o *aspecto da atividade humana* dirigida à consecução de *bens úteis e escassos*.

Palavras chave

Economia

Economicismo

Consumismo

Escassez

Bens

Recursos





I.2. Conceitos econômicos básicos

I.2.1. Tipos de atividades econômicas

Vimos que a economia se dedica a orientar o aspecto da atividade humana dirigida à consecução de bens escassos para atender melhor às necessidades. Nesse sentido, existem algumas atividades humanas cujo aspecto econômico é tão relevante, que podemos denominá-las **atividades econômicas fundamentais**. Estas são **produção, distribuição e consumo**.

O **consumo** é a atividade humana dirigida a atender as necessidades e desejos das pessoas. Do ponto de vista econômico, implica na atribuição dos meios produtivos e recursos disponíveis para a obtenção dos bens e serviços que puderem atender melhor a essas necessidades e desejos. Na realidade, a identificação das necessidades é uma tarefa tão importante quanto a atribuição de recursos para atendê-las, se bem que à economia compete principalmente a segunda.

Em primeiro lugar, as necessidades têm uma espécie de escala, que vai das mais materiais, como a alimentação, vestimenta, habitação etc., às mais espirituais, como a segurança, sociabilidade, educação, repouso, lazer, amizade, amor, arte, busca da verdade, religião etc. Como vimos anteriormente, na realidade existe um aspecto econômico e um extra-econômico de cada





uma delas, mesmo que sejam simplificadas ao máximo, catalogamos as primeiras como *econômicas* e as segundas como *meta-econômicas*.

Apesar dessas diretrizes serem bastante estáveis, sua forma concreta varia com o tempo e a *cultura*. Por outro lado, indivíduos diferentes as percebem de maneira diferente, o que dá lugar a preferências diferentes entre as pessoas e entre as formas específicas em que estas se realizam. No que tange à identificação das necessidades, o papel prioritário recai na psicologia, na ética e na cultura.

Elementos importantes da cultura moderna, ligados ao sistema econômico, como os *meios de comunicação em massa*, a publicidade, a propaganda e a moda, desempenham um papel fundamental na identificação ou modificação das necessidades e desejos na atualidade. Nesse sentido, podem contribuir de tal maneira a tornar as pessoas mais plenas, ou provocar uma certa desorientação, que leva à insatisfação.

Isto pode acontecer quando a ordem fundamental do sistema econômico é alterada, passando de ser um *receptor neutro* das necessidades sociais, a lhes proporcionar satisfação na forma mais acabada possível, dependendo dos meios disponíveis, se transformando num *gerador de necessidades*, incentivando-as ao máximo para manter o sistema econômico-produtivo de pé.

Outra consideração, do ponto de vista ético, é que à medida que o indivíduo ou a sociedade direcionam seus desejos e esforços para aumentar seus níveis de consumo, existe a possibilidade de esquecerem, ou serem deslocados valores extraeconômicos, e dar lugar ao que pode ser caracterizado como *consumismo*.

A atividade da *produção* é muito relevante do ponto de vista econômico, visto que dela derivam os bens e serviços, que após serem distribuídos, são aplicados para atender às necessidades e desejos das pessoas através do consumo. A produção está intimamente relacionada ao trabalho, com a organização do processo produtivo e com a invenção e inovação técnica.



MARCELO F. RESICO

Esta produção de bens abrange todas as atividades econômicas, desde as extrativistas, ou *primárias* (por exemplo, mineração, agricultura etc.), passando pela transformação e o processamento de materiais ou *secundárias* (por exemplo, a indústria automotora), até a distribuição dos bens (por exemplo, através do transporte e comércio), denominada *terciária* ou serviços.

Para produzir os bens e serviços que serão oferecidos no mercado, é necessário contar com fatores da produção, como os recursos naturais e o capital físico e humano. A produção de bens é um processo que combina os três fatores de produção. Para essa finalidade, é muito importante o *conhecimento técnico-organizacional*, ou seja, os conhecimentos sobre possibilidades eficientes de produção e de organização. Um alto nível de conhecimento técnico-organizacional favorece o processo de produção. Além disso, é importante empregar o conhecimento existente e as novas descobertas científicas em prol de um objetivo de aplicação econômica concreta.

A produção sempre parte da invenção, e esta, por sua vez, da descoberta e combinação de técnicas cada vez mais eficazes para produzir bens e serviços. Esta descoberta exige pesquisa e desenvolvimento, que partem de propriedades da natureza e suas combinações. Durante certos períodos foi difundida uma visão que se negava a reconhecer estes fatos e colocava a independência da natureza, atribuindo ao puro trabalho humano a criação das novas técnicas. Esta perspectiva pode ser denominada *produtivismo* e é responsável por uma postura arrogante perante a natureza e uma das causas do abuso a ela.

Finalmente, a **distribuição** é a atividade econômica que, partindo daquilo que foi produzido, determina a proporção dos bens e serviços para cada um. Este processo se dá na economia em parte pela *capacidade do mercado* de premiar os mais produtivos com uma renda maior e, assim, portanto, com uma maior participação naquilo que foi produzido, enquanto premia menos os menos produtivos. Isso, por sua vez, está baseado na necessidade de reciprocidade implícita nas trocas econômicas.

Contudo, este *processo espontâneo* muito útil, não é perfeito. Há casos nos quais certas condições dos mercados distorcem o funcionamento ideal,

I.2. Conceitos econômicos básicos

pressupostos tais como a igualdade das condições iniciais dos participantes no processo econômico (herança, educação, propriedade, capital humano etc.). Dadas estas razões e a dignidade da pessoa humana, o processo distributivo deve ser complementado por uma reatribuição social.

Esta reatribuição depende em primeiro lugar da *solidariedade individual* das pessoas e da *solidariedade social* dos diferentes grupos humanos que vão da família ao Estado. Este último funciona ou intervém quando os demais fatores não são suficientes para responder aos requisitos de uma vida decente e oportunidades de desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, a distribuição não só depende de fatores avaliados pelo próprio sistema econômico, como também da equidade e *justiça social*, que abrange os resultados do mercado, como um elemento da ética social.

Outra interpretação inadequada da distribuição pode ser vista na *perspectiva marxista*, que caracteriza a propriedade e o mercado como instituições intrinsecamente injustas. Esta postura não reconhece os elementos positivos do mercado, juntamente com suas limitações e ambiguidade moral, propondo um sistema ainda mais injusto, ineficiente, do ponto de vista econômico e que torna a dignidade humana altamente vulnerável.

I.2.2. Fatores da produção

No que tange ao funcionamento do processo de produção, uma primeira questão a ser levada em consideração são os denominados *fatores da produção*. Estes são os elementos que tornam possível a produção e podem ser classificados em três grandes grupos: os recursos naturais, o capital humano e o capital físico.

Os *recursos naturais*, evidentemente, incluem a terra para a produção agrícola ou para a instalação de plantas ou fábricas, os recursos de extração e todos os elementos que tornam possível a produção e são obtidos da natureza, como a água, os recursos florestais e o meio ambiente, o patrimônio natural em geral.

MARCELO F. RESICO

O **capital humano** abrange todas as capacidades humanas necessárias ao processo produtivo; isto engloba o trabalho, seja ele físico ou intelectual, o conhecimento técnico, a iniciativa, a inovação e a capacidade de organização do processo produtivo. Ainda assim, de forma indireta, porém também necessárias ao processo produtivo, são a capacidade de estabelecer e melhorar instituições, a capacidade de cooperação e o autogoverno, coisas que podem ser reunidas sob o conceito de *capital humano relacional* ou **capital social**. A disponibilidade do fator de produção trabalho é determinada, antes de mais nada, pelo número de pessoas com capacidade de trabalhar e suas habilidades, bem como sua mobilidade.

Por fim, o **capital físico** são todos aqueles bens que servem para produzir outros bens e que são produzidos ou fabricados pelo homem, por exemplo, instalações, fábricas, maquinarias, ferramentas, infraestrutura, computadores etc. O dinheiro não é considerado bem de capital, uma vez que o conceito abrange todos os ativos físicos criados pelo homem, necessários para a produção. A dotação de capital disponível depende, em primeiro lugar, do consumo não realizado, ou seja, da poupança. Além disso, deve-se levar em conta que no processo de produção, parte do capital real sofre sempre um desgaste (*amortizações*) e deve ser renovado constantemente.

Não só a quantidade faz diferença, como também a *qualidade do capital*. Um efeito positivo é gerado pelo progresso técnico, que permite melhorar a qualidade do fator capital. Dado que o capital físico é gerado a partir da aplicação do capital humano aos recursos naturais e propriedades da natureza existentes, podemos afirmar que é um *fator derivado da produção*. Ao passo que os dois fatores anteriormente citados podem ser denominados *fatores originários*.

1.2.3. A escassez e o princípio econômico

A existência de escassez dá lugar à necessidade de *administrar ou economizar os recursos*. Esta administração dos recursos para prover as neces-

I.2. Conceitos econômicos básicos

sidades, inclui um estudo concreto das disponibilidades e das possibilidades que a economia enfrenta, justamente para determinar os melhores caminhos para resolver o problema.

Dado que, como já vimos, os recursos de que dispomos nem sempre são suficientes para atender igualmente a todas as necessidades, surge uma concorrência pelo uso destes recursos. É assim que o uso de um recurso com a finalidade de atender a uma necessidade implica em ter que renunciar a outras necessidades, que precisam ser cobertas com os mesmos recursos, que é denominado ***custo de oportunidade***.

Por essa razão, coloca-se a necessidade de atribuir os recursos escassos ao uso mais eficiente possível, ou seja, aparece o ***problema da atribuição***. Este problema, em geral, é resolvido através do princípio econômico, o qual consiste em selecionar ou escolher a alternativa de uso do recurso em questão que permite alcançar um grau maior de satisfação. Este princípio exige não destinar mais recursos para atender uma determinada necessidade do que aqueles que sejam rigorosamente necessários. Em outras palavras, os recursos escassos não têm que ser esbanjados, quando se deseja um benefício econômico mais elevado.

Contudo, das diversas interpretações do princípio da escassez que citamos, podem ser apreendidas diferentes concepções sobre como apresentar o problema econômico. Por um lado, o paradigma da ***escassez relativa***, segundo o qual a situação sempre é de escassez opressiva, principalmente devido à *não limitação* das necessidades, exige uma ***maximização quantitativa***. A esta maximização dos ganhos do sujeito denominamos ação ou ***escolha racional (rational choice)***, relegando à categoria de irracional qualquer outro aspecto envolvido na decisão.

Por outro lado, o paradigma da ***relativa escassez*** expressa principalmente uma ***otimização prudencial***, segundo a qual a forma econômica da utilização dos recursos em relação às necessidades implica em considerar não apenas os aspectos quantitativos, como também os qualitativos nas circunstâncias concretas, e dependem em geral da adequada identificação das necessidades (o que implica num equilíbrio de exigências econômicas e

MARCELO F. RESICO

meta-econômicas), o uso ótimo e sustentável dos recursos (no que tange à quantidade e qualidade), a tecnologia disponível e os modos de organização dos recursos humanos e materiais.

1.2.4. A fronteira de possibilidades de produção

O conceito de *fronteira de possibilidades de produção* é uma ideia que relaciona os fatores de produção, a combinação dos mesmos através das tecnologias existentes e os resultados na forma de bens e serviços obtidos. Nesse sentido, descreve a interrelação existente entre o emprego dos fatores de produção (*input*) e a quantidade de bens produzidos (*output*).

Em função disso, pode-se calcular a produtividade de uma economia. A *produtividade* é o cociente do *output* de bens alcançado (numerador) e do *input* requerido (denominador). Além dessa produtividade total, pode-se calcular a produtividade parcial dos diferentes fatores. Por exemplo, a produtividade do trabalho é a relação entre a produção de bens e o emprego de mão de obra.

Uma vez que temos dois eixos que representam, respectivamente, a produção de um bem ou serviço, e dada uma tecnologia de produção, a curva obtida (ver gráfico anexo), mostra todas as combinações de ambos os produtos que podem ser obtidas se atribuirmos os fatores da produção, seja um ou outro, dos bens considerados.

Nesse sentido, quando dedicamos todos os fatores existentes à produção de um bem e nenhum à produção do outro, temos como resultado as situações nas quais há o cruzamento da curva, seja com o eixo vertical ou o horizontal. Quando combinamos os fatores para produzir uma proporção de *ambos* os bens, ficam definidos os outros pontos da curva. Esta apresenta uma concavidade para dentro, dado que supõe que os fatores são melhor distribuídos na produção de dois bens do que na de um só, visto que existem *rendimentos decrescentes* na utilização de cada fator isoladamente.

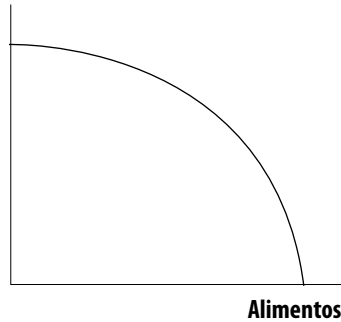
I.2. Conceitos econômicos básicos

Ótimo produtivo: rendimento decrescente dos fatores da produção implicam que o ótimo produtivo se encontra no balanço de sua utilização.

Ótimo econômico: inclui o anterior mas na interseção com a demanda social.

Ótimo sociopolítico: inclui os anteriores mais as condições humanas de trabalho, meio ambiente etc.

Vestimenta



Isto se deve ao fato da *divisão do trabalho* ter um efeito favorável sobre a produtividade. Trata-se da especialização dos fatores da produção em determinadas atividades e grupos de produtos. Graças a ela, os trabalhadores e as empresas não têm que produzir todos os bens necessários na sua própria fábrica, mas podem se concentrar em áreas de trabalho e de produção onde seu rendimento é particularmente alto.

Os pontos da curva, então, definem combinações ótimas da utilização dos fatores disponíveis, pelos seus resultados na forma de produção de bens e serviços, dada uma certa tecnologia disponível. Isto é denominado *ótimo produtivo*.

Não obstante, uma sociedade não só decide seu ponto de operação econômica segundo a tecnologia e a dotação de fatores, como segundo suas necessidades e desejos. Quando estes coincidem com um determinado ótimo produtivo, podemos dizer que fica definido um *ótimo econômico*. Isto acontece porque a capacidade produtiva máxima possível está orientada para atender à demanda expressa pelos consumidores considerados.

Podemos, finalmente, afirmar que quando esse ótimo econômico é encontrado, da mesma forma, dentro da faixa de parâmetros extra-econômicos que condensam os valores de uma dada sociedade, em determinado momento, nos encontramos num *ótimo sociopolítico*. Estes valores extra-econômicos incluem aspectos políticos (liberdade, democracia, Estado de



MARCELO F. RESICO

direito etc.), condições sociais (igualdade de oportunidades, ausência de discriminação etc.), condições de sustentabilidade (cuidado com a natureza, equidade entre gerações etc.) etc.

Palavras chave

Atividades econômicas fundamentais: produção, distribuição, consumo

Fatores da produção: os recursos naturais, o capital humano e o capital físico.

Problema da atribuição

Fronteira de possibilidades de produção

Otimização

Custo de oportunidade

Escassez relativa

Produtividade





I.3 Teoria econômica

I.3.1. Metodologia econômica e *modelos* econômicos

A teoria econômica, dada a complexidade dos processos que estuda e com a finalidade de analisar a interação entre a causa e o efeito, isola certas variáveis no estudo da variada realidade social, liberando-as de todos os outros fatores de influência. Desta forma, está baseada na hipótese de que essas variáveis selecionadas são inalteráveis e, portanto, as outras relações são descartadas da análise. Os *modelos teóricos* com este alto grau de simplificação permitem representar em funções matemáticas as modificações sofridas por uma variável (como o consumo, a poupança, a produção etc.) econômica, como consequência da variação de outras magnitudes. Esta perspectiva de estudo foi denominada *economia positiva*.

Contudo, foram apresentadas como argumento condições que limitam a possibilidade de estabelecer relações causais matemáticas na economia, pela dificuldade de realizar, como no caso das ciências físico-naturais, *experimentos controlados*. Estes últimos ocorrem quando é possível isolar totalmente o efeito de uma variável sobre outra. Pelo contrário, na economia, como no resto das ciências sociais, quase nunca é possível isolar o efeito de uma variável só sobre outra, pela própria natureza do fenômeno



MARCELO F. RESICO

econômico, que implica a influência de uma pluralidade de variáveis ao mesmo tempo.

Isto não basta para o grande desenvolvimento de medições estatísticas e de diversos modelos que, com base em pressupostos simplificados, tentam apresentar os elementos essenciais da realidade econômica de uma forma estilizada e significativa. Este desenvolvimento de ferramentas estatísticas, matemáticas e econométricas representou um grande avanço na tentativa de precisar e depurar teorias que, outrossim, deveriam ser interpretadas como um apoio *instrumental* à teoria.

Este tipo de metodologia é frequentemente aplicado na teoria econômica, mesmo que muitas vezes não sejam citadas as *condições* ou pressupostos sobre os quais as hipóteses são formuladas. Ainda assim, o abuso desta postura e sua interpretação excludente ao invés de instrumental, conduzem a simplificações perigosas em áreas da política econômica. Esta última perde neste processo seu caráter eminentemente *prudencial*, isto é, aplicado a circunstâncias concretas específicas.

Contudo, a contribuição positiva do refinamento matemático e estatístico pode ser integrada numa visão ampla. Este enfoque assenta a metodologia da economia no contexto *das ciências sociais* ou *morais*. Segundo esta perspectiva, para estudar a realidade econômica, são utilizados, paralelamente à matemática avançada, os princípios e análise lógica e, principalmente, as experiências históricas ou casos. Com estes elementos, o estudo da realidade econômica é realizado levando em consideração um contexto mais amplo, onde são unificados os diversos planos que constituem a realidade social. Assim são integrados os aspectos econômicos, institucionais, normativos, culturais etc.

Esta representação da realidade econômica está igualmente imbuída de uma tese não apenas teórica, mas também de índole valorativa. Desta forma, abre espaço para um método mais abrangente daquilo que podemos denominar *economia política*.

I.3. Teoria econômica

Desta perspectiva metodológica podemos depreender uma determinada maneira de realizar recomendações de **política econômica**, a saber: uma baseada nos juízos de valor prudenciais, determinados pelos princípios gerais e pelas condições concretas às quais devem ser aplicados, sem perder de vista a interrelação de fatores políticos, jurídicos, éticos, sociais e culturais, que afetam o aspecto econômico.

Os referidos enfoques metodológicos (economia positiva, economia política e política econômica) podem ser interpretados e, de fato, vêm sendo assim interpretados, como mutuamente excludentes. Contudo, nada obsta que sejam concebidos de uma forma complementar, que é como é possível integrá-los, como veremos posteriormente, dentro do sistema da Economia Social de Mercado.

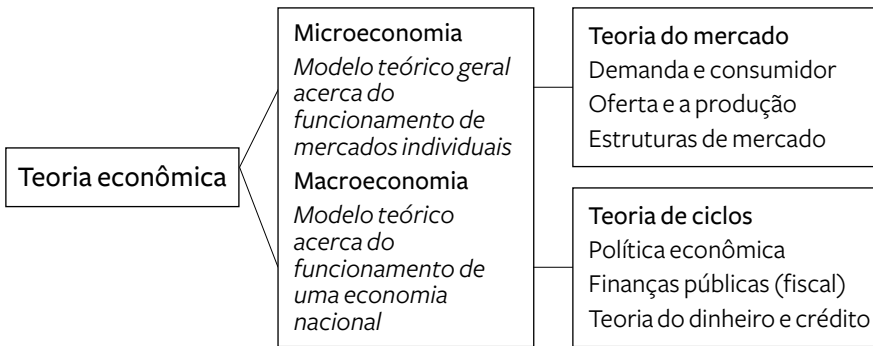
I.3.2. Partes da teoria econômica

A teoria econômica se divide em duas grandes partes: por um lado, a denominada microeconomia e, por outro, a macroeconomia.

A **microeconomia** está constituída pela série de hipóteses teóricas que explicam o funcionamento dos mercados individuais. Ao mesmo tempo, é formada por quatro partes principais: a teoria do mercado, a teoria da demanda e o consumidor, a teoria da oferta, a empresa e a produção e a teoria sobre as estruturas dos mercados.

A **macroeconomia** é constituída pela série de hipóteses teóricas que explicam o funcionamento de uma economia nacional. Por isso, estuda variáveis *agregadas*, que não agrupam os comportamentos individuais conforme o mercado ao qual pertencem, mas segundo a função no contexto de uma economia nacional, isto é, macroeconômico. Simultaneamente, pode ser subdividida em quatro grandes partes principais, a saber: a teoria dos ciclos, a teoria das finanças públicas, a teoria do dinheiro e do crédito, e a teoria da economia aberta (ou a economia internacional).

MARCELO F. RESICO



Neste livro, por uma questão de estrutura dos temas, introduziremos a seguir uma breve exposição da abordagem macroeconômica, que posteriormente será ampliada na parte II, POLÍTICA ECONÔMICA NA ESM, ao passo que o desenvolvimento da abordagem microeconômica será realizada nos capítulos subsequentes a esta seção 1 da parte I, ECONOMIA: CIÊNCIA E REALIDADE

1.3.3. Economia nacional ou macroeconomia

Para descrever adequadamente o funcionamento de uma economia moderna, é necessário complementar o enfoque baseado nos mercados com o enfoque que trata da *economia nacional*, denominada **macroeconomia**. A macroeconomia estuda o desempenho da economia nacional como um todo e, portanto, não está voltada para os comportamentos dos indivíduos, ou pequenos grupos, mas para as denominadas variáveis agregadas.

Produto Interno Bruto (PIB)

A variável ou medida agregada fundamental é o **produto interno bruto (PIB)**. Esta medida leva em consideração o *valor dos bens e serviços finais produzidos e vendidos num país no fim de um ano*. Se imaginarmos um **circuito econômico**, realizado pelos principais agentes de uma econo-

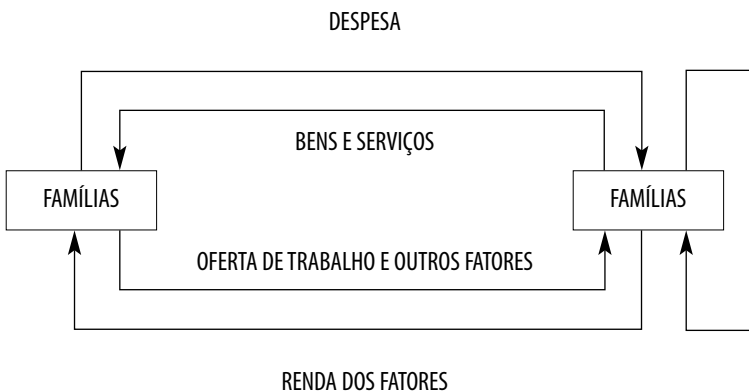
I.3. Teoria econômica

mia simplificada, como é o caso das famílias e empresas, poderemos observar que existem quatro fluxos fundamentais que acontecem como contraprestações.

As empresas oferecem os bens e serviços finais que as famílias precisam (que medidos em termos monetários formam o **produto bruto**) em troca da **despesa** que as famílias realizam para adquiri-los. Paralelamente, as famílias utilizam para comprar os bens e serviços a **renda** obtida das empresas, que oferecem o uso dos fatores produtivos que elas, por sua vez, utilizam para realizar os bens e serviços por elas vendidos.

Do ponto vista macroeconômico, estes fluxos de contrapartida implicam uma **identidade**, visto que a despesa realizada deve ser igual, em valor, aos bens e serviços produzidos e vendidos (produto bruto) e estes são iguais à renda recebida. Portanto, a **identidade macroeconômica fundamental** prega: **produto bruto = despesa = renda**.

Em termos esquemáticos, as relações podem ser representadas através do gráfico abaixo.



$$\text{DESPESA} = \text{PRODUTO} = \text{RENDA}$$

V.A. ou Produto = Valor Bruto da Produção – C.I.



MARCELO F. RESICO

Produto bruto e valor agregado

Outro aspecto que deve ser considerado é que o produto bruto mede os bens e serviços *finais*, isto é, não leva em conta as *compras intermediárias* (C.I., no gráfico anterior), que são as transações que as empresas realizam entre si. Dado que as empresas trocam insumos da produção, se as compras intermediárias fossem contabilizadas, estaria sendo contabilizado várias vezes o valor de um mesmo insumo.

O conceito que inclui a ambos, bens finais e compras intermediárias, é denominado *Valor Bruto da Produção*. Para obter o produto bruto, as compras intermediárias devem ser deduzidas do valor bruto da produção, levando em conta o valor dos bens e serviços finais. Desta maneira estaremos contabilizando precisamente o valor agregado que cada empresa realiza, descontando o valor dos insumos que foram utilizados no processo.

Produto Interno e Nacional

Uma distinção realizada nas contas nacionais é a que existe entre produto e renda interna ou nacional. A mesma está baseada em que o conceito de *interno* leva em consideração os fatores de produção dentro das fronteiras de um país, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Enquanto o conceito de *nacional* leva em consideração o resultado dos fatores de produção (trabalhadores, propriedade) segundo sua nacionalidade, estejam eles atuando dentro das fronteiras nacionais ou no resto do mundo.

Equação macroeconômica fundamental

Para descrever o funcionamento de uma economia nacional a partir do ponto de vista macroeconômico, falta ainda identificar uma série de variáveis fundamentais que, como veremos mais adiante, podem ser reunidas na denominada ***equação macroeconômica fundamental***. Para identificar estas novas variáveis utilizaremos o método de agregar mais elementos ao



I.3. Teoria econômica

nosso esquema simplificado do circuito econômico. Além das famílias e das empresas, acrescentaremos o papel desempenhado pelo setor financeiro, os investidores, o resto do mundo e o Estado.

Um primeiro fato que devemos observar para obter uma imagem mais adequada do funcionamento de uma economia nacional é que as famílias geralmente não consomem tudo o que recebem na forma de renda, mas que uma parte dela pode ser destinada à **poupança**. Assim, em termos quantitativos, a **renda** é igual ao **consumo** mais a poupança, o que é o mesmo que dizer que a poupança é a diferença entre a renda e o consumo.

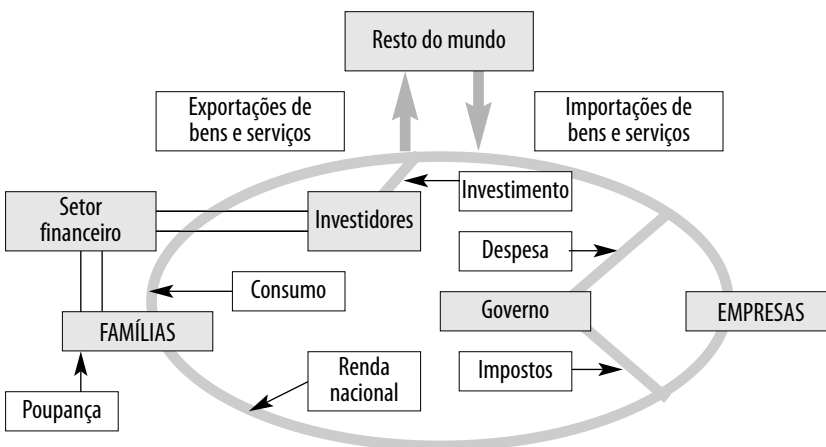
A poupança é muito importante no funcionamento da economia capitalista moderna, não só porque permite aos indivíduos enfrentar possíveis contingências, ou posteriormente seu período de menor renda advinda do trabalho (pensões), análise na qual prevalece o ponto de vista individual e pessoal, não só porque é fundamental para o processo de investimento produtivo, como também por estar no coração ou núcleo do processo de crescimento econômico.

O **investimento** é a quantidade de bens de capital novos produzidos e vendidos num país em um ano. Os bens de capital, por sua vez, são os bens que servem para produzir outros bens, em contraposição aos que são consumidos. Estes bens de capital acumulados constituem a denominada *dotação de capital (stock de capital)* e são um dos elementos centrais do crescimento econômico, juntamente com os recursos naturais e o capital humano. Um país que possui uma dotação de capital maior poderá produzir mais bens e serviços do que outro. Por isso, para aumentar a oferta de bens e serviços à disposição dos seus cidadãos, um país deve ter poupança e investimento adequados.

Pois bem, existem casos nos quais a pessoa que poupa é a mesma que investe, por exemplo, em negócios familiares, ou de dimensões menores. Contudo, numa economia moderna, a maior parte do investimento não é realizado pela mesma pessoa que economizou. Dado que nem sempre a pessoa que tem a ideia de um novo negócio, ou da ampliação ou variação de um negócio pré-existente coincide com aquela que tem a poupança ade-

MARCELO F. RESICO

quada para financiar o investimento necessário para realizar a ideia do negócio, foi desenvolvido o *sistema financeiro*. A função central deste sistema financeiro é precisamente canalizar o financiamento das pessoas que têm poupança, porém não as ideias de negócios para aquelas que têm estas últimas, porém não têm o financiamento.



$$\text{Oferta agregada : } (Y = \text{PBI}) + M = C + I + G + X \quad \text{: Demanda agregada}$$

Em relação ao *resto do mundo*, uma determinada economia nacional realiza uma série de transações econômicas. Em princípio, diremos que fica estabelecida uma corrente de troca de bens e serviços. Aqueles que são oferecidos por empresas locais e solicitados por pessoas no resto do mundo são denominados *exportações*; já aqueles que são oferecidos pelo resto do mundo para atender à demanda local são denominados *importações*.

Por fim, temos as funções econômicas realizadas pelo Estado. Do ponto de vista macroeconômico, o Estado age sobre os fluxos do circuito econômico, por um lado extraíndo recursos das famílias e empresas através de *impostos* e, por outro, realizando com esses uma *despesa pública* para oferecer os *serviços públicos* que o Estado provê.

I.3. Teoria econômica

De posse de todos estes novos elementos, estamos em condições de formular a equação macroeconômica fundamental, que tem em um dos seus lados a *oferta agregada*, constituída pelo produto bruto interno (PIB), mais as importações (M), e por outro lado a *demanda agregada*, constituída pela adição do consumo (C), mais o investimento (I), mais as exportações (X), mais a despesa do governo ou consumo público (G), como pode ser observado na parte inferior do nosso esquema em anexo.

Palavras chave

Modelos teóricos

Ciência econômica, economia política e política econômica

Macroeconomia

Circuito econômico

Produto Interno Bruto (PIB)

Despesa

Renda

Identidade macroeconômica fundamental

Poupança

Investimento

Despesa pública



I.4. Alternativas de organização econômica

I.4.1. O problema econômico e suas soluções

O *problema fundamental* com o qual se depara qualquer sociedade sujeita à utilização econômica dos seus recursos para aplicá-los com a finalidade de atender às necessidades, no contexto da escassez, pode ser sintetizado na seguinte pergunta: que bens produzir, como produzi-los, como distribuí-los?

Do ponto de vista da organização econômica, existem apenas duas alternativas conceitualmente diferentes: o sistema econômico onde prevalece a iniciativa própria individual ou grupal, denominado **sistema de mercado**, ou o sistema onde prevalecem as decisões hierárquicas burocráticas, cujo modelo paradigmático é o **sistema de planejamento centralizado**.

I.4.2. Economia de mercado

Na economia de mercado, as atividades econômicas realizadas por indivíduos ou unidades econômicas (famílias, empresas, outras organizações ou associações, etc.) são realizadas com base nos seus planos autônomos, dado que existe a propriedade privada. A coordenação destas diversas ati-



vidades é feita, em grande parte, pelo próprio funcionamento do sistema de preços existente nos mercados.

O sistema de preços provê uma parte importante da informação aos consumidores sobre quais bens ou serviços é conveniente comprar, ao mesmo tempo que provê aos produtores a informação sobre quais bens produzir e com que tecnologia. Se um bem se torna mais escasso, seu preço tenderá a aumentar e, portanto, os consumidores reduzirão a quantidade demandada do mesmo, ao passo que os produtores serão incentivados a produzi-lo em maiores quantidades. Por conseguinte, a economia de mercado é um sistema de coordenação descentralizado dos processos econômicos, no qual os graus de escassez dos diferentes bens são expressos através de preços.

A economia de mercado requer um *marco institucional* para seu correto funcionamento, com a finalidade de corrigir possíveis falhas dos mercados, sustentar um ambiente estável de crescimento e permitir a difusão, em consonância com seus princípios, dos resultados positivos deste sistema à sociedade. A crise econômica atual, que nasce de uma *desorganização do sistema financeiro*, é uma amostra dos problemas que podem vir a surgir quando é esquecido o marco institucional adequado de que uma economia de mercado precisa para seu correto funcionamento.

1.4.3. Economia planejada

Na *economia planejada*, os processos econômicos são determinados por uma organização ou agência central que pertence ao Estado e coordenados através de um plano geral. Ocorre dessa forma por não ser considerada a possibilidade da propriedade privada, mas apenas da propriedade estatal dos bens e recursos. Os graus de escassez dos bens são obtidos de um modelo estatístico-matemático de equilíbrio geral centralizado. Deste sistema são obtidas cotas de produção dos setores produtivos e, conseqüentemente, as quantidades que os consumidores podem obter dos diversos bens e serviços. Neste sistema desaparece a possibilidade de realizar decisões pes-

MARCELO F. RESICO

soais em relação à atividade econômica. Em geral, coincide também com a incapacidade de exercer decisões livres na esfera econômica e com a impossibilidade desse mesmo tipo de decisões no âmbito político.

A experiência do colapso na ex-URSS e dos países do leste europeu em 1989 que adotavam este tipo de sistemas pôs de manifesto as críticas teóricas acertadas que haviam sido formuladas. A realidade cotidiana nos países que adotaram este sistema de organização econômica se caracterizou por produtos de qualidade deficiente e escassez de abastecimento. A intenção original do sistema de organização era garantir a igualdade. Na prática, contudo, acabou levando a uma desigualdade ainda maior. A maior parte das decisões econômicas, principalmente as mais importantes, foram tomadas de forma centralizada por poucas pessoas. Por esta razão e devido à falta de transparência na informação, as decisões geralmente não atendiam às necessidades da maioria da população.

Mesmo assim, as *decisões centralizadas* continham erros importantes, impunham obstáculos às decisões individuais, debilitando a motivação intrínseca das pessoas e dificultando a inovação. Os investimentos revelaram ser escassos e, pelas mesmas razões, foram empregados de forma deficiente. Consequentemente, os resultados econômicos foram medíocres, ao passo que a liberdade era cerceada, não apenas no âmbito político, como também na vida cotidiana.

Palavras chave

Sistema de mercado

Sistema de planejamento centralizado

Economia de mercado

Sistema de preços

Marco institucional



1.5. Elementos do mercado

1.5.1. A troca e o mercado

O mercado é a instituição econômica na qual se dá o ponto de encontro entre as duas partes que trocam um bem ou serviço. A troca é uma forma de aumentar a dotação de bens e serviços à disposição das pessoas, que se distingue de outras formas de fazê-lo, como a apropriação através de fraude, violência e doação altruísta.

No caso da apropriação fraudulenta ou violenta, uma pessoa obtém os bens e serviços que deseja através de meios injustos e ilegais. Por outro lado, a doação altruísta implica na pessoa receber os meios econômicos definidos pela generosidade de outro ou outros. Diferentemente de ambos, o sistema de mercado está baseado na troca, o que implica que para obter os bens e serviços desejados, deve-se dar à outra parte o que esta requer ou deseja.

1.5.2. Classificação dos mercados

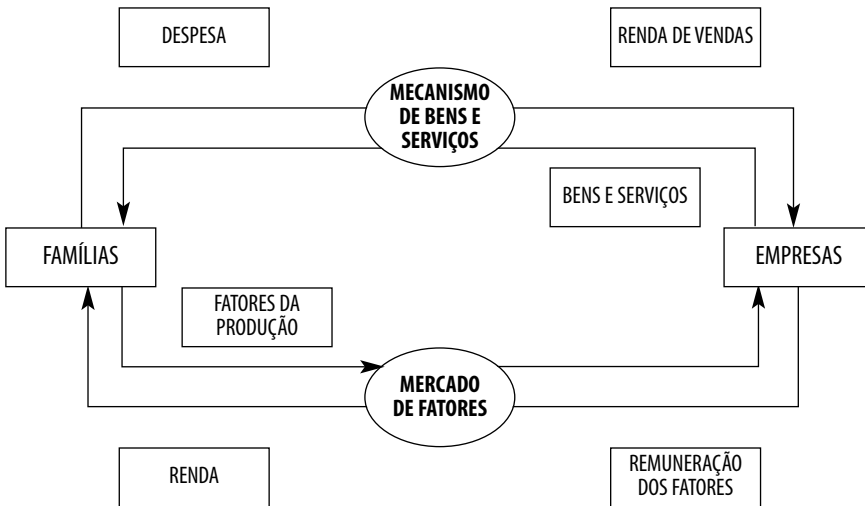
Uma primeira classificação dos mercados consiste em agrupá-los conforme se tratar de mercados de bens e serviços ou mercados de fatores. Nos



MARCELO F. RESICO

primeiros, as famílias agem como sujeitos da demanda, através da despesa que realizam, dos bens e serviços oferecidos pelas empresas. Por outro lado, nos mercados de fatores as famílias oferecem os fatores da produção, especialmente o trabalho nas suas diferentes formas, às empresas em troca de uma remuneração, que constitui sua respectiva renda.

EQUILIBRIO ENTRE OFERTA E DEMANDA



Ainda assim, existem mercados especiais como o mercado de crédito (a oferta é feita pelos bancos), o mercado de divisas (a moeda local é trocada por moedas estrangeiras) ou mercados de capitais (compra e venda de ações e títulos), etc.

1.5.3. Mercado e coordenação de interesses

Quando as empresas e as famílias tomam decisões nos mercados, fazem isso de acordo com o princípio econômico, atendendo aos seus *pró-*

1.5. Elementos do mercado

prios interesses. Isto é, os consumidores aspiram a atender às suas necessidades da forma mais acabada e as empresas procuram obter o maior ganho possível. Ambos tentam implementar seus planos nos mercados.

Contudo, como já vimos, para tornarem esses planos efetivos, seus interesses precisam coincidir com os das contrapartes com as quais realizam as trocas. Por esse motivo, o interesse da pessoa ou empresa, de um lado da transação, está vinculado ao interesse da outra pessoa ou empresa. Daí é possível depreender que para que uma parte da troca possa alcançar seu próprio interesse, este precisa estar coordenado ou *coincidir*, em certo sentido, com o interesse da outra parte envolvida na troca. Desta maneira, o mercado estabelece uma congruência entre os objetivos econômicos em nível individual e social.

Do ponto de vista estritamente econômico, cada parte envolvida na troca se vê beneficiada, se receber o que deseja na forma de bens, serviços ou dinheiro, em troca do que foi entregue na transação. Pois bem, segundo a lei econômica da **otimização**, derivada da *escassez*, cada parte envolvida tenta obter as melhores condições para a troca e isto exige aumentar o valor do obtido em relação ao valor cedido.

Não obstante, isso simultaneamente deve coincidir com o mesmo processo realizado do outro lado da transação pela contraparte; caso contrário, a troca não aconteceria. Quando ambas as partes, dispondo de uma **informação** suficiente acerca daquilo que está envolvido na troca e da *liberdade* para realizar a transação, concordam, voluntariamente, em realizar a troca, duas condições são atendidas simultaneamente. Em primeiro lugar, o requisito econômico do ganho de ambas as partes aumenta após a troca e, ao mesmo tempo, o ético de justiça ou **reciprocidade**, que implica em que *ambas* as partes tenham se beneficiado de forma satisfatória.



MARCELO F. RESICO

Palavras chave

Troca

Mercados de bens e serviços

Mercados de fatores

Interesse próprio

Reciprocidade

Coordenação de interesses

Problema da informação



I.6. Requisitos econômicos do mercado

Como vemos, para garantir a realização adequada da troca, se faz necessária uma série de premissas. Em primeiro lugar, a exigência de certa transparência e difusão equitativa da informação e, em segundo lugar, uma proteção perante possíveis abusos devido a diferenças no poder de negociação. Para que estas condições ocorram num grau pelo menos suficiente para sustentar o sistema de trocas, ou seja, o mercado, três elementos fundamentais devem existir:

- *Propriedade privada*
- *Concorrência*
- *Moeda estável*

I.6.1. Propriedade privada

Em primeiro lugar, um requisito fundamental para o funcionamento do mercado é a propriedade privada, que podemos caracterizar como direitos de disposição dos agentes econômicos privados sobre bens e serviços. As atividades de troca pressupõem que os indivíduos envolvidos tenham o poder de dispor diretamente dos bens que são objeto de troca.

MARCELO F. RESICO

Dado que no sistema de mercado prevalecem as decisões das pessoas e das associações privadas, uma condição *sine qua non* é a existência desse direito. Isso é denominado função de descentralização da propriedade. A existência de propriedade privada ajuda a assegurar a existência material e pode apoiar a independência do indivíduo e suas associações perante poderes externos. A propriedade privada em mãos de muitas pessoas não só favorece o proprietário, como a sociedade como um todo, visto que será uma sociedade com uma maior quantidade de pessoas autônomas e responsáveis.

Outra vantagem da propriedade privada, ainda mais importante para muitos, é a liberdade política que vai de mãos dadas com a independência econômica. Os direitos políticos fundamentais, como o direito de associação e a liberdade de opinião, são exercidos com maior facilidade quando existem setores políticos rivais e estes encontram proprietários privados independentes que colaboram na difusão de ideias e programas diferentes. Esta característica é denominada função de promoção da liberdade.

A propriedade privada não constitui apenas a base das decisões que são tomadas em um ambiente competitivo. É também um elemento de motivação importante para a tomada de boas decisões econômicas e uma adequada implementação das mesmas. Permite ao proprietário, e ao responsável pela decisão, aumentar sua propriedade com os benefícios provenientes das decisões certas, desfrutar de um maior consumo ou investir mais em outras atividades. Ao mesmo tempo, as decisões erradas acarretam perdas de patrimônio ou propriedade. Estas qualidades são denominadas **função de incentivo**. Nesse sentido, o direito de propriedade implica também em assumir as consequências das próprias decisões, isto é, na responsabilidade, seja ela positiva na forma de benefícios, ou negativa na forma de perdas, incluindo a falência.

Para garantir a condição da propriedade privada, os agentes econômicos de um determinado Estado concordaram em estabelecer normas que regulam seus direitos de propriedade, e assim criar um sistema institucional que proteja a propriedade privada e assegure sua livre disposição. Institucionalmente, o troca de recursos conta com a garantia dada pela vigência do

I.6. Requisitos econômicos do mercado

princípio da liberdade contratual. Contudo, a liberdade individual termina onde seu exercício limita de maneira desleal a liberdade de um terceiro.

I.6.2. Concorrência

Em segundo lugar, deve existir, do ponto de vista econômico, a **concorrência**. Isso significa que se deve dispor de alternativas para qualquer transação, o que implica na existência de múltiplos ofertantes e demandantes em um determinado mercado. Desta forma, todas as partes são livres para realizar a troca ou não, e assim reduzir a possibilidade de abuso do poder de negociação. Mesmo assim, na medida em que existem múltiplos ofertantes e demandantes num mercado, é mais provável que a informação seja mais difundida e transparente.

A concorrência pode ser vista também como a disputa entre duas ou mais pessoas que almejam a mesma coisa. A concorrência econômica faz referência à existência de alternativas para os agentes econômicos diante da realização de um determinado negócio. Para ter sucesso, os ofertantes e demandantes têm que oferecer condições favoráveis às suas contrapartes comerciais. Os aspectos mais importantes são preços favoráveis (concorrência de preços), alta qualidade dos produtos, conveniência dos métodos de venda e distribuição (concorrência de qualidade).

A concorrência também é uma premissa de comportamento básico para a obtenção e preservação do progresso econômico e social. É um regime que obriga os ofertantes de bens e serviços e os investidores a empregar os fatores de produção da forma mais econômica. Através dela existe uma força econômica e social que impulsiona em direção à melhoria contínua e excelência. A concorrência permite, por exemplo, alcançar um abastecimento satisfatório com bens e serviços através dos mercados. Enquanto essa situação existir, só terão sucesso aqueles atores capazes de renovar permanentemente as condições favoráveis em relação aos outros, evitando assim que a economia seja regida por privilégios ou posições econômicas dominantes. É a denominada *função econômica* da concorrência.

MARCELO F. RESICO

Outra fonte de mudança econômica é a busca constante por parte dos empresários inovadores de encontrar novas oportunidades de negócios. Concorrendo com outras inovações, devem demonstrar que suas novas ideias são adequadas para atender às necessidades da demanda, o que determina que só as inovações realmente bem sucedidas serão recompensadas por uma alta margem de lucro. Isto é denominado função econômica da concorrência.

Por outro lado, a concorrência oferece aos participantes o maior grau possível de liberdade de ação e de escolha nas atividades do mercado, prevenindo não apenas o abuso do poder privado no mercado, como também constituindo um certo limite ao abuso do poder político nos casos em que houver extrapolação, com a pretensão de controlar a esfera privada. Isto é denominado *função sociopolítica* da concorrência.

Classificação de funções da concorrência

Mais detalhadamente, as funções econômicas da concorrência podem ser subdivididas em cinco elementos principais.

1. *A soberania do consumidor*: a concorrência exige que os produtos oferecidos possam ser adaptados da melhor maneira possível às necessidades da demanda e isto exige uma orientação conforme os desejos dos clientes.
2. *Produtividade*: com a finalidade de melhorar os preços, a concorrência exige uma permanente busca da redução de custos. Os fatores escassos de produção, que são a natureza, o capital físico e o capital humano, devem ser empregados de tal maneira que venham a obter uma produtividade ótima para aproveitar as oportunidades de lucro.
3. *Distribuição da renda*: Se levarmos em conta o mercado de fatores, a concorrência ajuda a que a distribuição da renda que ali é gerada seja realizada em função da produtividade, isto é, de acordo com a contribuição realizada por um certo agente para superar a escassez de bens.

I.6. Requisitos econômicos do mercado

4. *Inovação*: a concorrência gera incentivos para introduzir produtos e processos novos ou aperfeiçoados, estimulando a geração de inovações.
5. *Flexibilidade da economia*: a concorrência promove a rapidez com a qual os agentes reagem diante das mudanças do ambiente econômico (por exemplo, mudanças nas relações comerciais internacionais). Além disso, contribui para a renovação de toda a economia, através da inovação e da imitação das inovações.

As três primeiras funções são denominadas funções de concorrência estáticas, porque ocorrem especialmente em condições nas quais as magnitudes econômicas são constantes. Já a quarta e quinta funções se apresentam como *funções de concorrência dinâmicas*, porque levam em consideração as mudanças microeconômicas através do tempo.

A concorrência é um requisito econômico necessário, porém não suficiente. Um requisito fundamental, do ponto de vista extraeconômico, é a existência de uma *ética média* em relação ao cumprimento do acordado e a limitar os abusos das diferenças de informação e do poder de negociação. Por fim, e dado que, por um lado, a ética média não evita a existência de ações contrárias à mesma e, por outro, a concorrência nem sempre se verifica nos mercados, cabe um papel subsidiário à ação do Estado, enquanto provedor de um sistema jurídico para sancionar as faltas e um sistema de defesa e promoção da concorrência.

I.6.3. Função do dinheiro estável

As trocas podem ser de dois tipos: as denominadas *escambos*, nas quais é trocado um bem por outro, ou as mais disseminadas nas economias modernas, as *trocas monetárias*. A extensão do segundo tipo de trocas sobre o primeiro no curso da história se deveu à eficiência e facilidade de implementar as trocas, depois do surgimento do dinheiro.

No escambo não só era necessário encontrar a pessoa que tivesse o bem desejado, como também era necessário que ela tivesse interesse exata-

MARCELO F. RESICO

mente no bem que o outro podia oferecer. Outra dificuldade associada era a impossibilidade de subdividir alguns bens. Foi assim que o dinheiro se expandiu, pela facilidade que proporcionava para realizar trocas econômicas. É a denominada **função de meio de troca** do dinheiro, que possibilitou simultaneamente um aumento assombroso do volume de trocas.

Pois bem, uma vez constituída uma economia monetária, a troca depende em alto grau de **estabilidade** da unidade monetária em uso. Uma moeda que sofre depreciação ou apreciação perante os bens ou perante outras moedas competitivas com frequência e em proporções elevadas não é um meio de troca conveniente. Pelo contrário, uma moeda relativamente estável será mais necessária para este fim. Os mercados, portanto, dependem da estabilidade monetária para realizar corretamente suas funções e permitir um aumento do bem-estar geral.

Palavras chave

Propriedade privada
Concorrência
Função de promoção da liberdade
Função de incentivo
Função de descentralização
Moeda estável
Função de meio de troca
Estabilidade



I.7. Funcionamento do mercado

I.7.1. Mercado, escassez e sistema de preços

A economia de mercado, como vimos, requer informação suficiente para que as transações realizadas pelos agentes sejam eficiente e justas. Por outro lado, o próprio sistema de mercado, em condições competitivas, gera majoritariamente a informação necessária para a tomada de decisões. Isto acontece através do funcionamento do sistema de preços.

Por exemplo, vejamos o caso em que os consumidores de um bem no mercado aumentam, por alguma razão sua demanda. Desde que os demais elementos que afetam esta situação permaneçam constantes, é gerado um aumento do preço do bem em questão.

Pois bem, neste sentido, o preço do bem está funcionando como um ***indicador da escassez relativa*** do bem, tanto para os consumidores, que poderão tentar substituí-lo por outro similar com menor custo, como para os produtores, que se verão incentivados a investir na produção do bem, visto que passou a ser um negócio mais rentável. Desta maneira, os produtores recebem informação sobre as intenções de compra dos consumidores. Esta variação do preço deste bem em relação aos outros preços dos bens e serviços de uma economia (denominado *preço relativo*) proporciona



MARCELO F. RESICO

informação valiosa para a *atribuição de recursos* dentro da economia, que é uma das funções principais do sistema de mercado.

O funcionamento dos preços como medida de escassez e orientação para a tomada de decisões no mercado pode ser visto nos *diferentes tipos de mercados*. Trata-se dos mercados de fatores, bens, dinheiro e divisas, onde os compradores e vendedores tentam compatibilizar seus respectivos planos e, portanto, a demanda e a oferta entram em jogo. Este processo econômico de coordenação é realizado mediante a formação de preços, que surgem como resultado da *oferta e demanda* no mercado, como veremos de uma forma mais detalhada posteriormente.

Os preços refletem, pelo lado dos *produtores*, os custos de oportunidade da produção; por outro lado, expressam a disponibilidade de pagamento individual e a avaliação dos bens gerados pelos *compradores*. Graças a estas características, o sistema de preços indica aos agentes do mercado quais produtos devem ser produzidos, em que quantidades e com que qualidade. Nestas condições, a atribuição dos recursos atenderá ao princípio econômico de utilização ótima.

A *remuneração dos fatores* de produção, segundo sua contribuição ao abastecimento com bens, estimula o rendimento. Por exemplo, o *salário*, como preço do trabalho, cria um incentivo para o desempenho individual. De forma semelhante, a expectativa de obter um *benefício* como prêmio de risco pelo capital investido aumenta a disposição dos empresários de incorrer nos riscos associados.

O conjunto de preferências de demanda e o movimento de preços leva à distribuição do produto nacional obtido entre os sujeitos econômicos, segundo as contribuições individuais realizadas. Este processo define a *distribuição da renda* primária, de acordo com o mercado.

1.7.2. Autorregulação do mercado

Através do sistema de preços, e desde que sejam atendidos todos os requisitos e pressupostos, a economia de mercado orienta espontanea-

I.7. Funcionamento do mercado

mente a produção na direção dos desejos dos consumidores e isto é conhecido como **soberania do consumidor**. Neste sentido, o mercado produz um aparente paradoxo, dado que é gerado um sistema de organização e coordenação espontâneo para atender às necessidades do ser humano, isto é, sem uma autoridade explicitamente responsável pela organização e coordenação.

A concorrência, então, age como uma mão invisível e faz com que o interesse próprio acabe servindo ao bem público, definido como um abastecimento adequado dos consumidores. Em vista de que os numerosos planos individuais são favoravelmente coordenados devido ao efeito da concorrência e da reciprocidade, também é utilizada a expressão **autorregulação** da economia de mercado.

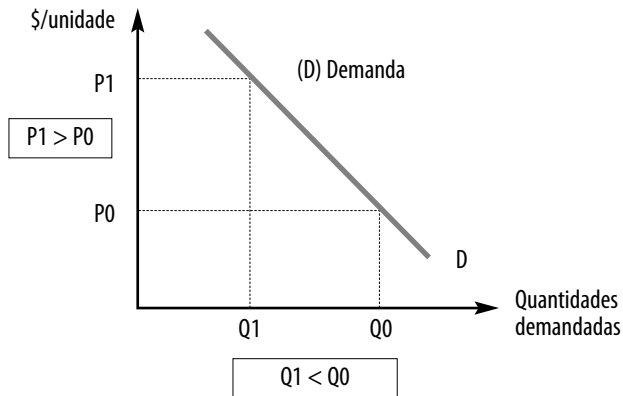
I.7.3. Oferta e demanda

O funcionamento do mercado pode ser descrito, em termos da teoria econômica, através das leis gerais de comportamento dos compradores e dos vendedores. Os compradores de um determinado bem ou serviço são agrupados no conceito de **demanda**, enquanto os vendedores do bem ou serviço em questão são agrupados sob o conceito de **oferta**.

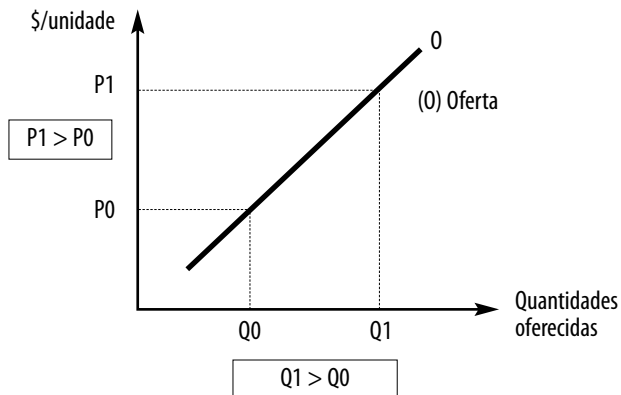
O primeiro passo para descrever o funcionamento da demanda e da oferta que constituem um mercado consiste em descrever a reação de ambas perante as variações do preço. Vejamos como exemplo a formação de preços nos mercados de bens. Supõe-se que existe uma quantidade de vendedores e compradores suficientemente ampla, motivo pelo qual nenhum deles, por si só, pode fixar o preço. Esta situação é denominada, como veremos mais adiante de forma mais detalhada, polipólio.

Segundo a lei da demanda, a quantidade demandada de um bem tende a diminuir quando sobe seu preço, o qual em termos do nosso gráfico anexo constitui um movimento descendente sobre a curva de demanda.

MARCELO F. RESICO



Ao mesmo tempo, a lei da oferta estabelece que, em condições semelhantes, a quantidade oferecida de um bem *aumenta* quando sobe seu preço e isto constituiria um movimento ascendente na curva da oferta. Por conseguinte, os preços relativamente altos incentivam as empresas a incrementar sua oferta de bens e, paralelamente, desestimulam o consumo. Isto se deve a que os preços mais altos facilitam o abastecimento de bens, cobrindo o custo dos fatores utilizados na produção e gerando um benefício maior para quem decidir investir em produzi-los.

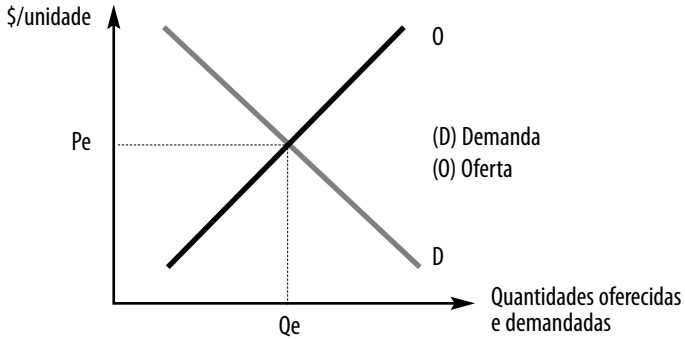


1.7.4. Equilíbrio do mercado

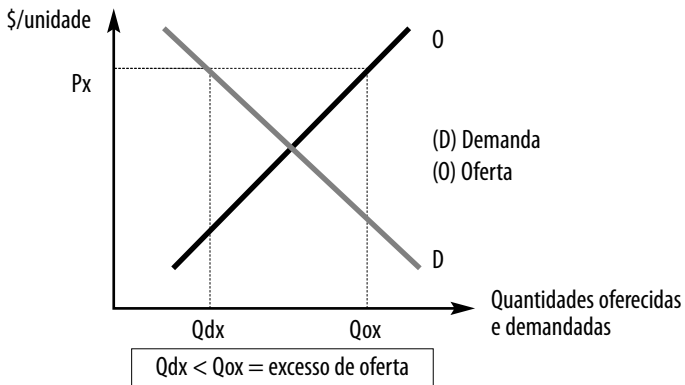
Quando num determinado mercado a quantidade demandada é igual à quantidade oferecida, ocorre a denominada quantidade de equilíbrio, Q_e .

I.7. Funcionamento do mercado

O preço que existe onde ocorre esta igualdade entre as quantidades demandadas e oferecidas é denominado P_e ou *preço de equilíbrio*. Como veremos, o **equilíbrio** garante a ocorrência da situação ótima para o abastecimento de bens num determinado mercado.



Para demonstrar isso, vamos considerar, em primeiro lugar, a situação na qual um preço (por ex., um preço P_x) é superior ao preço de equilíbrio. Como pode ser apreciado no gráfico abaixo, nesta situação um preço superior ao de equilíbrio produz, por um lado, uma diminuição na quantidade demandada (Q_{dx}) e, por outro, um aumento da quantidade oferecida (Q_{ox}), o que dá lugar a um excesso de oferta no mercado. Neste tipo de circunstâncias, o preço de mercado do bem ou serviço em questão tenderá a diminuir, visto que aos ofertantes não convém aumentar os estoques do bem.



MARCELO F. RESICO

No caso contrário, ou seja, quando o preço de mercado é inferior ao preço de equilíbrio, ocorrerá o fenômeno inverso: aumenta a quantidade demandada e diminui a quantidade oferecida, motivo pelo qual é gerado um *excesso de demanda*. Nestas circunstâncias o preço de mercado tenderá a se elevar, uma vez que novos investimentos para produzir em maiores quantidades, aumentando a oferta, tenderão a ser realizados a médio prazo pelos preços mais atraentes.

Em síntese, quando num mercado ocorre um excesso de demanda, e dadas as condições que citamos anteriormente, geralmente surge uma tendência ao aumento do preço. Por outro lado, quando ocorre um excesso de oferta, geralmente surge a tendência contrária, isto é, a diminuição do preço. Estas tensões sobre o preço se mantêm até alcançar um preço no qual a quantidade oferecida se iguala à quantidade demandada, ou seja, a situação de *equilíbrio do mercado*.

É neste sentido que se diz que o preço tem a função de equilibrar a oferta e a demanda, além de indicar a escassez de um bem, função que se denomina efeito compensatório e indicativo dos preços.

1.7.5. Outros fatores da oferta e da demanda

Até este ponto desenvolvemos o papel da oferta e da demanda em relação ao preço do bem trocado no mercado. Contudo, ambas estão sujeitas a mudanças e variação de outros fatores, além do preço.

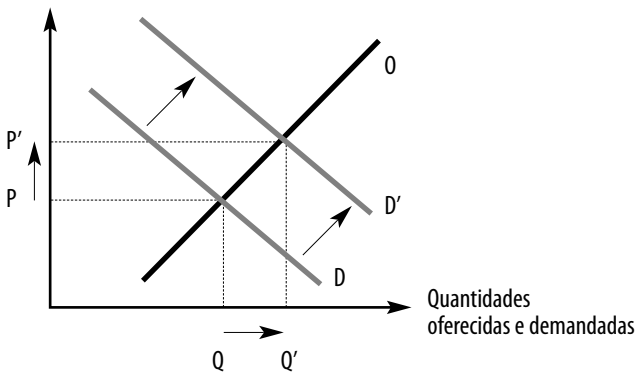
A demanda de um bem de consumo pode aumentar se subir a *renda* das famílias, se as *necessidades e desejos* dos consumidores mudarem ou se outros bens relacionados modificarem seu preço (*bens substitutos ou complementares*).

No caso da oferta, os elementos que a modificam são, principalmente, os custos dos fatores de produção, o conhecimento técnico-organizacional acerca das combinações dos fatores de produção e o marco jurídico pro-

I.7. Funcionamento do mercado

vido pelo Estado, dentro do qual se desenvolvem os processos de produção e de mercado.

Quando a oferta (ou a demanda) varia em função de uma mudança da demanda (ou da oferta, respectivamente), ocorre uma mudança do *equilíbrio* devido ao preço, denominada *acima da curva*. Quando a oferta ou a demanda variam em decorrência de um fator subjacente, ocorre uma mudança ou deslocamento denominado *da curva*.



É por tudo isso que a maioria dos mercados se caracteriza pela constante variação no tempo da oferta e da demanda. Devido a estas mudanças, é observada nos mercados reais uma tendência permanente de compensação da oferta e da demanda, porém é raro ocorrer um verdadeiro equilíbrio, como preconiza a teoria abstrata.

Em geral reina a incerteza entre ofertantes e demandantes no que tange às condições exatas do mercado. Por conseguinte, se desenvolve permanentemente um processo de busca e descoberta para conseguir os melhores negócios. Nestes processos de mercado, a disposição ao risco e o dinamismo das empresas inovadoras têm efeitos particularmente positivos. Melhoram seus bens e serviços ou oferecem novos produtos para se destacar dos seus concorrentes. Assim, proporcionam um serviço aos consumi-

MARCELO F. RESICO

dores, atendendo às suas demandas, sejam elas explícitas ou potenciais. Neste processo, são abertos novos mercados e são transformados os existentes (isto é particularmente evidente hoje em dia, no caso dos bens ligados à informática e às comunicações).

Palavras chave

Sistema de preços

Escassez relativa

Soberania do consumidor

Autorregulação

Distribuição da renda

Demanda

Oferta

Equilíbrio

Fatores subjacentes à demanda

Fatores subjacentes à oferta



I.8. Crítica ao mercado enquanto mecanismo

A concepção do funcionamento do mercado que expusemos aqui é uma versão simplificada dos fenômenos reais que tentamos explicar. Neste sentido, o conjunto de explicações forma um modelo econômico, com as limitações às quais nos referimos quando tratamos da metodologia que segue a teoria econômica.

Aparece desta forma o perigo da lógica formal e precisão dos modelos induzirem ao esquecimento dos *pressupostos* e *condições* com base nos quais são desenvolvidos. Quando esses pressupostos são esquecidos, surge espaço para a concepção do mercado como um mero *mecanismo* que funcionaria independentemente da vontade e das circunstâncias reais de um sistema econômico. O emprego da palavra mecanismo em relação ao mercado assimila os processos de mercado com os processos mecânicos pré-estabelecidos por uma relação fixa e invariável de causa e efeito.

I.8.1. Economia e *pressupostos antropológicos*

Uma das simplificações em que incorre a interpretação mecanicista pode ser apreciada claramente no caso do pressuposto do *homo economicus*. Segundo este, o *agente econômico*, e com ele a pessoa, é um ator econômico virtual que só age em categorias econômicas com objetivos fixos,



MARCELO F. RESICO

por exemplo, a maximização dos ganhos como consumidor, maximização do benefício como produtor.

Em determinadas situações teóricas ou abstratas, estes pressupostos permitem obter soluções unívocas, no que tange a afirmações e resultados possíveis. Em certo sentido, este procedimento é semelhante aos ensaios de laboratório de outras disciplinas científicas e ajuda a explicar as inter-relações fundamentais entre as diferentes variáveis. Só dentro do conjunto de pressupostos destes modelos podem ser levados em consideração os resultados dos mesmos, contudo, o mesmo não se aplica quando se trata da observação de pessoas concretas na realidade econômica existente.

Todos os sujeitos econômicos, incluídas as empresas e instituições, agem através de pessoas que decidem em função de si mesmas ou em função de outros. A visão do homem utilizada como hipótese pela teoria econômica reflete o cidadão que age racionalmente em função dos seus interesses econômicos. Em sua ação enfrenta **restrições legais** escritas e **normas ético-morais**.

Fica assim de manifesto que a *teoria econômica* é também uma *teoria do comportamento*. Existe uma grande quantidade de fatores que influenciam o comportamento dos sujeitos econômicos perante o fato econômico. A título de exemplo, podemos citar a situação de mercado, sua percepção por parte daqueles que tomam as decisões e o nível de informação dos mesmos, os móveis e interesses dos atores etc. A decisão será tomada em função da importância de cada um destes fatores.

1.8.2. Leis econômicas e exceções

A vida concreta de uma sociedade e o comportamento das pessoas reais são refletidos apenas parcialmente nos *modelos* estudados. É importante levar especialmente em conta que os modelos baseados em uma determinada hipótese de comportamento geram soluções que podem ser consideradas como regras gerais, porém que quando se faz uma suposição

I.8. Crítica ao mercado enquanto mecanismo

acerca de uma hipótese de comportamento, também surgem soluções diferentes que podem ser qualificadas como *exceções* à regra.

Um exemplo é a regra que afirma que um bem é menos demandado quando seu preço sobe (lei da demanda). Diante desta reação da maioria dos demandantes, uma pessoa pode, contudo, decidir o contrário e incrementar sua demanda, como acontece no caso do denominado *efeito snob*, no qual a demanda acontece, justamente porque são poucas as pessoas que ainda podem adquirir o produto. Esta reação é a exceção à regra, cuja condição prévia é o comportamento habitual dos consumidores normais.

Pode também existir uma *decisão racional* se, apesar do aumento de preço, todos os demandantes desejarem comprar uma quantidade maior do produto em questão. Trata-se de uma resposta lógica, se todos os demandantes esperam um maior aumento do *preço no futuro*. Nesta situação de mercado, a decisão racional regular é o incremento da demanda do produto para evitar futuros incrementos, se não se deseja renunciar ao bem em questão.²

Mesmo quando os atores tomam decisões novas, a cada vez que agem no mercado seu comportamento em *condições normais* se caracteriza por uma grande confiabilidade. As experiências sobre o comportamento humano acumuladas através do tempo permitem à teoria formular enunciados básicos acerca dos padrões de reação, constituindo uma base que permite estabelecer *previsões confiáveis*. Os diagnósticos e instrumentos econômicos são aplicados com sucesso também em outras disciplinas das ciências sociais, por exemplo, nas ciências políticas e na pesquisa social empírica.

2 Ambos exemplos foram tomados do artigo “Mecanismo de mercado”, por Hermann Schneider, em Hasse, Rolf H., Schneider, Hermann, Weigelt, Klaus (ed.), (2008). *Diccionario de Economía Social de Mercado, Política Económica de la A a la Z*, 3ra. Ed., Buenos Aires, KAS.

MARCELO F. RESICO

I.8.3. Concorrência como ordem artificial

No processo do mercado, um grande número de pessoas diferentes toma decisões novas em função de situações variáveis; portanto, não se trata de um *mecanismo* no sentido autêntico da palavra. Estas considerações devem ser tomadas em conta para evitar mal-entendidos e interpretações errôneas à hora de empregar o termo *mecanismo de mercado*.

Certas correntes do pensamento econômico pretenderam equiparar o mercado a um *mecanismo natural* que funciona independentemente de outros fatores. O interesse próprio dos agentes num contexto de concorrência produziria resultados invariáveis em relação às circunstâncias. Sua origem, ainda assim, não dependeria de uma longa série de decisões, leis e descobertas, que poderiam ter acontecido espontaneamente.

Uma *ordem de concorrência* que permita realizar os objetivos que enumeramos acima, como a experiência histórica põe de manifesto, não surge por si só, mas deve ser criada e protegida. Para isso são estabelecidas as condições institucionais gerais (regras de jogo) que garantem que os processos de mercado, sempre que seja possível, se desenvolvam como processos de concorrência.

Palavras chave

Modelo econômico
Mecanismo de mercado
Agente econômico
Pressupostos antropológicos
Normas ético-morais
Restrições legais
Leis econômicas
Decisão racional
Provisões
Ordem de concorrência

I.9. O papel do Estado nos mercados

Em relação aos processos de mercado, é importante levar em conta que, apesar da função coordenadora que eles desempenham e da informação que os preços contêm, existem alguns casos pontuais nos quais não é possível evitar que os diferentes sujeitos econômicos tomem decisões erradas com consequências sistêmicas.

Além disso, mesmo quando a concorrência cumpre uma série de funções que contribuem fundamentalmente para o bem-estar social, a concorrência não pode cumprir todos os objetivos próprios de uma economia de mercado, o que determina a necessidade do Estado conduzir uma **política econômica**.

Isto se deve, basicamente, a que os agentes econômicos só contam com *informação limitada* e também a que, em outros casos, nem todos os agentes dispõem do mesmo volume (quantidade e qualidade) de informação acerca dos bens, das circunstâncias de longo prazo que influenciam a produção e dos processos nos quais intervém. Em certas circunstâncias, estas condições levam a resultados pouco eficientes, que a teoria econômica denomina **falhas de mercado**. Podem ser assinaladas diversas situações típicas que justificam a intervenção do Estado nos processos econômicos com a finalidade de incrementar sua eficiência.

MARCELO F. RESICO

1.9.1. Falhas de mercado

Em princípio, torna-se evidente que em muitos casos, os agentes econômicos tentam limitar a concorrência para evitar a constante pressão que esta exerce sobre a atividade econômica. Para isso, procuram cooperar com outras *empresas* (por exemplo, originando cartéis) ou tentando dominar, eles próprios, o mercado (monopólio). É assim que pode acontecer o caso em que algumas empresas alcançam a denominada *posição dominante* no mercado, que consiste em dispor de uma situação que gera um poder de negociação superior perante outros agentes econômicos.

Nestas circunstâncias, a empresa ou as empresas podem abusar desta posição, violentar a condição de reciprocidade na troca e causar uma perturbação permanente da concorrência. Quando a concorrência se torna vulnerável, deixam de ser cumpridos os pressupostos que tornam os mercados eficazes, com o conseqüente efeito negativo sobre a oferta e as condições de produção no mercado. Por isso, é conveniente formular uma política estatal de *defesa da concorrência*.

Além de impulsionar uma política para preservar as condições de concorrência no mercado, devem ser fixadas regras para setores econômicos nos quais, pela sua própria natureza, não podem ser desenvolvidos processos de concorrência. Isto ocorre especialmente quando o Estado oferece *bens públicos* (por exemplo, a segurança interna e externa da nação). Os bens públicos são definidos pela situação na qual, dado um investimento para produzi-los, não é possível identificar a utilidade e a valoração de cada indivíduo que deles usufrui. Por esta razão podem ocorrer comportamentos nos quais os agentes tentam fazer uso do bem ou serviço, sem estarem dispostos a pagar por isso (*free riders*).

Em algumas situações, o mercado, com seu sistema de preços, não consegue atribuir corretamente aos agentes os benefícios ou custos das respectivas escolhas ou ações. O mesmo acontece quando a referida atribuição requer custos exorbitantes para ser avaliada. Este é o caso dos *efeitos externos* ou *externalidades*.

1.9. O papel do Estado nos mercados

Aqui, o exemplo típico é a subvalorização sistemática dos recursos naturais, que geralmente ocorre, porque os membros das gerações futuras não estão em condições de articular e fazer valer seus interesses. É aí que o Estado, com sua política ambiental, pode corrigir tendências erradas da concorrência e assim evitar efeitos externos negativos para terceiros.

Também deve-se levar em consideração que mesmo que a *distribuição de renda* gerada através dos processos de mercado reflita a produtividade dos diferentes agentes do mercado, não necessariamente considera seu grau de necessidade. Por essa razão, existem, em princípio, associações da sociedade civil que através do voluntariado procuram remediar as diferenças, e, em última instância, o Estado é quem garante a correta distribuição da renda, por exemplo, a favor de pessoas doentes ou com necessidades especiais, bem como para as famílias com filhos.

Contudo, quanto mais o Estado desviar a distribuição final da produtividade demonstrada no mercado, maior será o risco de diminuição do incentivo para melhorar o rendimento dos atores econômicos e pode vir a haver um ressentimento da eficiência da concorrência como instrumento de regulação.

Por fim, o Estado tenta moderar as oscilações extremas na atividade econômica (ciclos econômicos), que geralmente ocorrem nos sistemas econômicos regulados pela concorrência. Este fenômeno está relacionado à formação de expectativas para o futuro nos mercados e à convalidação ou não das mesmas. Em certos casos, existe uma supervalorização do futuro que não é convalidada, o que leva a processos recessivos muito caros para a economia e a sociedade.

Concretamente, a *política anticíclica* do Estado aponta para estabilizar o ciclo econômico, assumindo como objetivos o crescimento sustentável, o emprego pleno, a estabilidade do nível de preços e o equilíbrio da economia externa.

MARCELO F. RESICO

1.9.2. Problemas regulatórios e *intervencionismo*

Assim como no caso do processo de mercado podem ocorrer situações pontuais nas quais não sejam alcançados os resultados esperados, o mesmo acontece com o funcionamento das diversas agências e instituições que dependem do Estado, motivo pelo qual é necessário introduzir correções convenientes. Deve-se levar em consideração que, se bem as intervenções do Estado na economia são necessárias, isto só é válido em certas condições específicas, pois também sofrem de certos efeitos contraproducentes.

As próprias atividades do Estado também podem gerar incentivos errados no que se refere aos princípios que regem o sistema. Isto acontece especialmente quando o setor público modifica a operação dos mercados, fixando preços mínimos ou máximos. Nestes casos, ocorre uma alteração na estrutura de preços relativos e com isso, os sinais de escassez relativa que afetam a função de informação e atribuição desempenhada pelos preços. Os consequentes efeitos redistributivos são obtidos à custa de uma perda de eficiência econômica.

Mesmo assim, pode-se optar por medidas que não afetem o sistema dos preços relativos, mas que geram transferências entre setores produtivos ou entre setores produtivos e não produtivos que acabam desestimulando a maior produtividade do mercado. Isto acontece, por exemplo, quando as políticas sociais redistributivas são atribuídas e aplicadas com parcialidade ou sem levar em conta seu caráter transitório, do qual geralmente decorrem o incentivo a comportamentos irresponsáveis, gerando o fenômeno denominado *clientelismo*.

Por outro lado, no que tange à capacidade reguladora dos mercados por parte do Estado, podem vir a se desenvolver também fenômenos negativos, como por exemplo a denominada *captura da agência*. Neste caso, os órgãos reguladores ou agências, por serem entidades especificamente técnicas que supervisionam o funcionamento de um mercado concreto, desenvolvem uma série de relações com as empresas reguladas que podem dar margem para conflito de interesses. Isto acontece, por exemplo,

1.9. O papel do Estado nos mercados

quando os técnicos especializados sabem que o único lugar alternativo para o seu emprego, dada a sua *expertise* técnico-profissional, acaba sendo o setor privado que estiver sob regulação; portanto, pode surgir uma tendência a gerar uma relação *cooperativa*, no lugar de aplicar estritamente a regulação de forma imparcial.

Em relação à política de moderação do ciclo ou política macroeconômica, existe uma corrente crítica dentro da ciência econômica que põe de manifesto certas contraindicações ou limitações. A esse respeito foram desenvolvidas teorias com certa base empírica sobre os efeitos pró-cíclicos da mesma. Por exemplo, uma teoria que invalida a capacidade das políticas macroeconômicas, tanto monetárias, como fiscais é a que mostra que as referidas medidas têm um impacto na economia posterior ao fenômeno que pretendiam influenciar e, portanto, acabam sendo inoportunas e ineficazes (*lags*). Outro desenvolvimento está baseado na capacidade dos agentes do mercado de se adiantar às decisões do governo tornando-as ineficazes (*expectativas racionais*).

Em relação às medidas de redistribuição, como já mencionamos, podem frear a produtividade e o crescimento. Em particular, pode ocorrer o caso no qual o sistema de redistribuição produtiva (subsídios, isenções fiscais, crédito subsidiado, etc.) recanaliza as forças produtivas em direção à otimização da própria posição distributiva do beneficiado, seja de pessoas privadas que tentam maximizar as transferências, seja de empresas que tentam maximizar as subvenções (*rent seeking ou rentismo*). Em outras palavras, também estas medidas de redistribuição, mal projetadas e sem compromisso devido ao uso honesto, acarretam uma perda de bem-estar econômico. Isto pode ser resolvido em grande parte dando participação às variadas organizações da sociedade civil para remediar as falências da distribuição realizada no mercado.

Inclusive, pode ocorrer um excesso de intervenção ou intervenções erradas de forma sistemática, o que dá lugar ao fenômeno do **intervencionismo**. Apesar das intervenções costumarem surgir com um caráter específico, seus efeitos acabam se projetando sobre outros setores, motivo pelo

MARCELO F. RESICO

qual muitas vezes acaba sendo necessário complementar uma intervenção com outra para corrigir os efeitos não desejados da primeira. Nestas cadeias intervencionistas, cada ingerência leva a outras, o que faz com que o intervencionismo acabe se expandindo. Quando isto acontece, os organismos ou agências públicas ganham uma autonomia disfuncional por sua cooperação com *grupos de interesse* particulares. O Estado perde a capacidade de agir com base em dados objetivos e se vê cada vez mais exposto a pedidos quase extorsivos por parte dos grupos aos quais concedeu benefícios especiais. Nesse sentido, o intervencionismo é vulnerável à corrupção, estimula a mentalidade subvencionista e o uso ilegal dos recursos do Estado. Frequentemente, a viabilidade política de alguns tipos de intervenções pontuais se vê facilitada pelo fato das medidas beneficiarem os poucos destinatários diretos, ao passo que os custos são distribuídos entre um grande número de pessoas, se tornando mais difíceis de identificar. As tendências intervencionistas crescem especialmente nas fases de recessão e quando a economia entra em processos de reestruturação.

Palavras chave

Política econômica
Falhas de mercado
Política estatal de defesa da concorrência
Bens públicos
Efeitos externos
Distribuição da renda
Política anticíclica
Intervencionismo
Clientelismo
Captura da agência
Grupos de interesse

I.10. Concorrência e estruturas de mercado

I.10.1. Estruturas de mercado

Apesar de até agora termos centrado a explicação do funcionamento dos mercados como se fossem todos iguais, é hora de introduzir um maior realismo à nossa abordagem teórica, admitindo a existência de diversas *classes de mercados*. A teoria econômica classifica os mercados segundo sua *estrutura*, e esta depende principalmente da quantidade de ofertantes e demandantes, além de outros fatores.

Denominam-se estruturas de mercado as diferentes formas que a concorrência pode adotar. Se diferenciam pelo número e tamanho dos produtores e consumidores no mercado, o tipo de bens e serviços comercializados e o grau de transparência da informação. Também são relevantes as barreiras de entrada ou saída; não existem barreiras na *concorrência perfeita*, porém estão presentes na *concorrência imperfeita*.

Em princípio, vamos considerar o caso de um mercado onde existe um só ofertante de um bem. Isto pode acontecer quando ocorre uma inovação e aparece um ofertante de um novo bem no mercado. Estamos, então, na presença de um *monopólio*. Devido à ausência de uma concorrência direta, o monopolista pode procurar preços relativamente mais altos do que

MARCELO F. RESICO

em uma situação competitiva. Pode estruturar sua oferta, por exemplo restringindo-a, em comparação a uma situação competitiva. Desta forma, enfrentando uma determinada demanda com uma menor oferta, o preço de venda de equilíbrio será maior e obterá um benefício monopólico maior. Enquanto os consumidores deverão pagar um preço mais alto, em comparação à situação onde existem outros concorrentes.

Esta capacidade do monopolista se vê também limitada por certos fatores. Por um lado, a existência de concorrentes potenciais que possam entrar no mercado para aproveitar preços altos. Outro aspecto que o monopolista deve levar em consideração é que os consumidores sempre têm a possibilidade de optar por comprar outros bens que atendam às suas necessidades de forma semelhante (bens substitutivos). Contudo, os consumidores nem sempre consideram que um produto pode ser substituído por outro, de modo que este processo de mercado tem um efeito limitado. Quando existe livre comércio com o exterior, o consumidor tem, adicionalmente, a possibilidade de substituir bens nacionais por bens estrangeiros.

A situação muda no momento em que outras empresas iniciam a produção. Um grupo pequeno de ofertantes forma um *oligopólio*. Neste tipo de mercado, em contraste com o monopólio e a concorrência perfeita, o processo de mercado se resolve através de jogos estratégicos entre os participantes. Cada ação de um ofertante, por exemplo uma queda de preços ou outras melhoras da oferta, tem um impacto tão forte sobre o sucesso dos outros poucos concorrentes, que impulsiona uma reação imediata. Esta situação se dá, por exemplo, em mercados como o automotor, bebidas gaseificadas, etc.

A existência de poucos concorrentes no oligopólio e seu característico comportamento estratégico pode levar à existência de acordos de preços. Estes acordos são denominados *colusão*, que pode ser tácita ou aberta. Uma colusão aberta é denominada *cartel*, como por exemplo a OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo). Nestes casos, os concorrentes se reúnem para regular a produção, de modo a regular os preços. A influência destes acordos sobre os preços e o mercado nunca é completa,

I.10. Concorrência e estruturas de mercado

porém exercem uma influência importante. Por limitarem a concorrência no mercado, são supervisionados, e em certos casos sancionados, pelas políticas de **defesa da concorrência**.

Se, pelo contrário, o número de ofertantes em um mercado for muito alto, as decisões de uma empresa individual quase não afetam os resultados gerais. Esta situação é denominada polipólio e tem duas formas básicas, a concorrência perfeita e a concorrência monopolística.

Na **concorrência monopolística** existe um grande número de ofertantes e demandantes, existem poucas barreiras de entrada ou saída e não existe um controle total sobre o preço do bem ou serviço. Não obstante, o produto é diferenciado (às vezes, devido às marcas ou à publicidade) e isso gera um certo grau de controle do ofertante sobre o preço. Os exemplos típicos deste tipo de mercado são os restaurantes, as lojas de vestimenta, calçados etc.

A situação de **concorrência perfeita** se dá quando nenhum comprador ou vendedor tem poder de mercado, ou seja, que não têm nenhuma margem de influência sobre o preço. As características dos mercados de concorrência perfeita são a existência de grande quantidade de ofertantes e demandantes, um produto homogêneo (isto é, que não se diferenciam entre si), e de informação perfeita. Dado que as condições para a existência da concorrência perfeita são tão rigorosas, existem poucos exemplos, como os mercados de bens agrícolas ou matérias primas (denominados geralmente *commodities*, em referência à homogeneidade das suas características).

I.10.2. Mercados abertos e acesso ao mercado

Como já vimos acima, a concorrência é um requisito econômico essencial para o funcionamento do mercado. Pois bem, o desenvolvimento da concorrência depende, em grande parte, da facilidade ou dificuldade com a que uma empresa nova consegue ter acesso a um mercado existente. O **acesso ao mercado** de uma nova empresa pode se ver impedido, por exemplo, porque as empresas que já operam no mercado são as únicas que

MARCELO F. RESICO

dispõem dos fatores de produção requeridos (por exemplo, pessoal altamente qualificado) ou conseguiram *fidelizar* os clientes.

Contudo, se o acesso ao mercado não implicar em um problema significativo, nem sequer o monopolista poderá exigir preços excessivos. Sempre se deve levar em consideração a possibilidade de que novas empresas venham a forçá-lo para uma faixa de preços mais baixos. Nestes mercados, a concorrência nasce com os concorrentes potenciais, que não fazem mais do que esperar sua oportunidade de entrar no mercado. Desta forma, mesmo não existindo concorrentes efetivos, os efeitos de controle e incentivo da economia de mercado se mantêm presentes.

O caráter aberto de um mercado sempre tem duas conotações: por um lado, a possibilidade de *livre entrada* no mercado (sem barreiras de acesso); por outro lado, a *livre saída* do mercado (sem barreiras de saída). Cada participante potencial deve ter a possibilidade de entrar no mercado como concorrente novo, seja através de uma ampliação geográfica do mercado, de uma diversificação dos produtos ou da criação de uma nova empresa. Além disso, cada empresa presente no mercado deve ter a possibilidade de tornar a se retirar, seja por razões pessoais ou aspectos relacionados ao mercado. Ou seja, num regime de concorrência que funciona adequadamente, a meta é que não existam barreiras de acesso ou de saída para os participantes potenciais e reais do mercado.

Trata-se de um aspecto importante, porque as **barreiras de mercado**, de qualquer natureza, impedem o aumento da eficiência gerada pelos novos concorrentes potenciais, e, ao mesmo tempo, contrabalançam o afã de rendimento que surge com o risco latente de ser deslocado do mercado. Já a liberdade de entrada e saída do mercado exerce uma pressão desejada sobre a concorrência de preços e custos e, por conseguinte, dos benefícios das empresas.

Isto também obriga as empresas a observar uma conduta econômica racional, ou seja, a dar o melhor uso possível aos recursos econômicos, que é denominado *atribuição ótima* dos fatores. Tudo isso exige uma rápida adequação dos produtos aos desejos dos consumidores e a adaptabilidade

I.10. Concorrência e estruturas de mercado

da produção a os dados econômicos, como inovações nos procedimentos, produtos, meios de financiamento, métodos de venda e conceitos de *marketing*. Consequentemente, é alcançado um melhor cumprimento do objetivo próprio de todo o processo de produção e concorrência, que é o abastecimento ótimo da demanda final, isto é, do consumidor.

I.10.3. Barreiras de entrada e de saída

Contudo, na realidade, o sucesso da concorrência frequentemente se depara com o obstáculo das barreiras de mercado. As **barreiras de entrada** têm uma influência especial. Em geral, entende-se por barreiras de entrada qualquer fator que dificultar a uma nova empresa fazer sua renda num mercado. As barreiras de entrada restringem a concorrência num mercado. À medida que um mercado tem maiores barreiras de entrada e de saída, este tenderá mais facilmente ao monopólio. E, no sentido oposto, nos mercados onde as barreiras de entrada não forem significativas, costuma haver mais concorrentes.

Costuma-se fazer uma distinção entre as barreiras estruturais e barreiras estratégicas. Entre as barreiras de acesso estruturais é possível citar fatores como desvantagens relacionadas ao tamanho da empresa, desvantagens absolutas de custos, existência de economias de escala (são produzidas mais unidades de um bem, motivo pelo qual os custos unitários são menores), custos de pesquisa e desenvolvimento, alta quantia de investimento inicial, situações irreversíveis ou fases desfavoráveis de mercado, nas quais a demanda para efetivamente de crescer.

Entre as barreiras *estratégicas* que dificultam o acesso ao mercado, cabe mencionar como fatores importantes a capacidade ociosa, práticas restritivas como acordos informais, o *dumping* de preços, os acordos exclusivos com distribuidores, acesso a matérias-primas, a diferenciação dos produtos (publicidade e marcas estabelecidas) ou a integração vertical. Todos esses fatores contribuem para que o novo concorrente tenha maior dificuldade para concorrer com os preços existentes no mercado.

MARCELO F. RESICO

As **barreiras de saída** são obstáculos no processo pelo qual uma empresa tenta se retirar de um mercado específico. Como consequência da sua existência, ocorre um atraso na redução de capacidades ociosas e impede-se a rápida adaptação da oferta a uma demanda decrescente. Os recursos ficam presos em produções que já não são mais necessárias para abastecer o mercado. Contudo, as barreiras de saída aumentam a concorrência num mercado, posto que as empresas estão dispostas a permanecer mais tempo e a deixar cair seus benefícios e preços por mais tempo.

Entre as barreiras *estruturais*, cabe mencionar os custos iniciais aos quais a empresa precisa fazer frente e de modo irreversível nas unidades de produção específicas (*sunk costs*), o elevado custo de indenização aos demitidos e a existência de custos de penalização pelo não cumprimento de contratos. São barreiras de saída estratégicas para a imagem da empresa, outras possibilidades de venda dos produtos ou o acesso aos mercados financeiros.

Além das barreiras de mercado, resultantes das decisões diretas dos sujeitos econômicos, deve-se levar em consideração as *barreiras institucionais* de mercado, baseadas em leis estatais, decisões oficiais ou situações históricas. Entre as barreiras *estruturais* que dificultam a entrada no mercado, cabe destacar a legislação em matéria de direito comercial e de sociedades, o regime de patentes e licenças, bem como o controle de fusões. No que se refere à saída do mercado, as barreiras estruturais podem se manifestar na forma de disposições sociopolíticas, como os subsídios estatais em caso de insolvência (falta de liquidez e falência).

São exemplos de barreiras *estratégicas* institucionais os regulamentos, proibições de fusão e entraves comerciais (acesso ao mercado) e as subvenções ou uma política de persuasão moral (*moral-suasion*) exercida pelos sindicatos, políticos e instituições estatais em caso de demissões iminentes dos trabalhadores, para citar um exemplo.

Diferentemente das barreiras de mercado resultantes das decisões dos sujeitos econômicos privados, as barreiras institucionais podem também ser utilizadas como instrumento da **política de ordenamento** e, com isso,

I.10. Concorrência e estruturas de mercado

da Economia Social de Mercado. As barreiras de mercado institucionais podem ser erguidas e também eliminadas pelos níveis de decisão política, por exemplo por motivos sociopolíticos. Esta faculdade obriga a economia a avaliar a utilidade prática ou a inutilidade de determinadas barreiras de mercado institucionais.

I.10.4. Defesa da concorrência

Não apresenta nenhum problema um mercado no qual qualquer ofertante novo (concorrentes potenciais) pode, a todo momento, ter acesso a um mercado, isto é, quando se trata de um *mercado aberto*, em função do baixo nível de barreiras de acesso. Nestes mercados, os ofertantes atuais não têm a possibilidade de restringir a concorrência e incrementar os preços, porque se veriam rapidamente deslocados pelos concorrentes recém-chegados. Portanto, neste caso não é preciso encarar uma *política de concorrência* especial.

Contudo, esta política se torna necessária quando, por exemplo, a fabricação de certos bens exige um investimento inicial elevado, de modo tal que um produtor somente pode prover um mercado específico com o bem ou serviço em questão, a um preço mais baixo do que se a oferta proviesse de um número maior de provedores. Nestas situações, denominadas *monopólios naturais*, a forma de provisão monopólica se transforma em necessidade econômica.

A política de concorrência também é requerida quando na realidade os ofertantes potenciais enfrentam importantes barreiras econômicas e inclusive legais para entrar nos mercados. Nesta situação, o importante é manter a rivalidade entre os ofertantes atuais. Para conseguir isso, a política de concorrência precisa impedir que estes ofertantes fechem acordos que restrinjam a concorrência – por exemplo, na forma de cartéis ou fusões. Caso contrário, e mesmo que o número de empresas num mercado seja grande, como no caso do *polipólio*, a concorrência poderia ser eliminada em detrimento dos consumidores.

MARCELO F. RESICO

A concorrência ainda assim se vê ameaçada quando o mercado está em mãos de poucas empresas, caso denominado *oligopólio*, capazes de alcançar acordos – não formalmente assinados ou acordados, por exemplo mediante telefonemas ou reuniões do setor. Se o número de ofertantes, em condições por demais idênticas, ficar ainda mais reduzido, pode acontecer a situação das empresas terem um comportamento solidário, sem tê-lo combinado anteriormente (oligopólio estrito). No caso de um dos ofertantes subir os preços, os demais o imitam *espontaneamente*. Assim, as empresas acabam se comportando quase como *monopólios* e o Estado pode se ver obrigado a intervir na estrutura do mercado com a finalidade de incrementar o número de ofertantes. Isto é, o acesso dos recém-chegados se veria facilitado, ou, em caso extremo, os grupos econômicos estabelecidos seriam desmembrados para restabelecer as condições de concorrência.

Palavras chave

Concorrência perfeita
Concorrência imperfeita
Monopólio
Oligopólio
Cartel
Polipólio
Concorrência monopolística
Acesso ao mercado
Barreiras de mercado
Política de ordenamento
Política de concorrência
Monopólio natural



I.11. Teoria da oferta e da empresa

I.11.1. Mercado e processo produtivo

Uma **empresa** é uma forma de organização adotada por um grupo de pessoas para produzir bens e serviços. Através do mercado e do seu sistema de formação de preços, a atividade econômica das pessoas é orientada à utilização eficiente dos fatores de produção escassos. A concorrência obriga os produtores e vendedores a reduzir os preços cobrados por seus produtos e, portanto, impulsiona a busca por uma vantagem através da redução dos custos de produção.

Para reduzir os custos, as empresas podem adotar os processos de produção mais racionais dos concorrentes (*imitação*) ou desenvolver procedimentos novos, ainda mais eficientes (*inovação*). Graças a isso obterão um maior benefício, dados os preços dos bens num determinado momento.

Por um lado, isso leva a um aumento da produção de bens, que permitem obter uma margem de **lucro** maior, porque são mais solicitados pelos compradores. Por outro lado, as empresas abandonam a produção de bens que geram perdas e destinam os fatores de produção liberados neste processo a aplicações mais *econômicas*.



MARCELO F. RESICO

O sucesso de uma empresa não depende exclusivamente do preço dos bens que oferece, mas também de outros aspectos, como a qualidade dos seus produtos, a organização da venda e distribuição, o serviço etc. Por conseguinte, os ofertantes devem procurar uma combinação favorável destas características para atender à demanda da melhor maneira possível.

A função principal de uma empresa é sua capacidade de comercializar, em condições de concorrência, produtos e serviços nos mercados. Para conseguir isso, precisa contar com vantagens comparativas, que podem decorrer de diversos motivos: como o produto, a técnica de fabricação, os custos de produção e a qualidade do serviço; os canais de distribuição, a imagem do produto e a marca; ou a capacidade permanente de inovação dos bens e serviços.

1.11.2. Oferta e organização empresarial

A teoria da oferta no mercado está baseada numa descrição relacionada ao funcionamento das empresas. Em relação a isso existe um primeiro enfoque, que consiste na extensão da *maximização do lucro*, que neste caso adotaria a forma da *maximização de benefícios* por parte do proprietário da empresa, sendo uma definição básica do benefício, a diferença entre a renda atual e os custos ou despesas ou gastos correntes:

$$B = I - C$$

B = benefício, I = renda, C = custos

Esta concepção implica na suposição de que para poder maximizar o benefício, o proprietário ou os proprietários tentarão cumprir todas as condições do bom desempenho da empresa. Esta perspectiva é também denominada *enfoque dos acionistas* (*stockholders*). Isto implica, por exemplo, em contratar administradores e trabalhadores idôneos e remunerá-los adequadamente, comprar os insumos e bens de capital para produzir os bens, maximizar as vendas no mercado, observar as leis, pagar os impos-

I.11. Teoria da oferta e da empresa

tos, manter um processo de produção que não tenha um impacto desfavorável sobre o meio ambiente, ter uma adequada política de financiamento, de fornecedores etc.

Não obstante, se bem isto possa acontecer, existem circunstâncias concretas nas quais existe uma diferença entre a maximização do ganho e o correto desempenho em todas as atividades envolvidas no desenvolvimento da empresa. Neste sentido, foi desenvolvido uma abordagem denominada **ênfoque dos participantes** (*stakeholders*), que enfatiza a otimização da atividade da empresa como um processo de equilíbrio entre os interesses de todos os grupos envolvidos, sejam eles internos (acionistas, administradores, empregados etc.) ou externos (fornecedores, credores, Estado, sociedade civil, meio ambiente etc.). Segundo este enfoque, o benefício dos acionistas é relevante, porém dentro do contexto no qual todos os demais grupos que participam do funcionamento da empresa e em seu meio, também sejam atendidos na sua contribuição, remuneração ou direitos.

Em outras palavras, acredita-se que num sistema baseado nos mercados, o principal objetivo da empresa é a *maximização do lucro*. Todavia, indica-se também que o princípio da maximização do lucro não deve ser perseguido indiscriminadamente, mas levando em consideração outras condições como, por exemplo, a satisfação do cliente, a responsabilidade social perante o pessoal, o respeito às normas ambientais etc., como é enfatizado no segundo enfoque.

I.11.3. Liderança empresarial

É assim que melhor podemos encarar a tarefa de descrever o papel e a função do empresário e da direção de uma empresa. Do ponto de vista da perspectiva dos acionistas, estes controlam a empresa simplesmente verificando a equação de lucro. Do ponto de vista dos *participantes*, o *papel do empresário* se destaca como líder de um conjunto de pessoas com diversas tarefas que obtêm seu benefício na medida em que consegue a adequada

MARCELO F. RESICO

colaboração de todos os envolvidos, fazendo com que cada um contribua individualmente e receba o correspondente reconhecimento e retribuição.

Do ponto de vista da evolução histórica, a função de liderança empresarial pode ser acompanhada através de como estas funções foram mudando no tempo. No princípio, o termo empresário se referia exclusivamente à pessoa encarregada de dirigir a empresa e que ao mesmo tempo era dono ou proprietário da mesma. Este empresário dirige sua empresa com independência e assume o risco empresarial ao se responsabilizar pelo capital investido ou por todo o seu patrimônio privado.

Depois do surgimento das *sociedades anônimas* no século XIX, foi criada a figura do *empresário empregado* ou *gerente*. O gerente também conta com amplo poder de decisão, porém toma suas decisões por conta e risco alheios. Com a opção de ações (remuneração que permite escolher entre um salário em dinheiro ou ações da empresa), o gerente pode também se transformar em coproprietário ou sócio da empresa. O controle da direção da empresa pertence ao *Conselho Administrativo* e tem a atribuição de supervisionar a direção e, eventualmente, substituir seus responsáveis.

Tanto legal quanto formalmente, o controle da empresa e dos seus dirigentes pertence ao Conselho de Administrativo, como verdadeiro órgão de governança da empresa (*corporate governance*). Em geral, o Conselho Administrativo é indicado anualmente pela assembleia geral de acionistas. Na medida em que os mercados financeiros internacionais abrem suas portas, o controle real das empresas é exercido também através dos relatórios financeiros e de um sistema de informação transparente para os mercados de capitais.

O **empresário** é uma pessoa de posse de uma empresa ou empreendimento, que assume a responsabilidade pelos riscos e o resultado da sua operação. O empresário é um agente econômico que combina os fatores de produção de forma eficaz e eficiente. Isto requer o uso de qualidades como a inteligência, o conhecimento, a criatividade e a iniciativa. A condução das empresas costuma ser difícil e implica em riscos; portanto, o empresário deve estar sujeito a corrê-los. Os empresários criam valor oferecendo novos

I.11. Teoria da oferta e da empresa

bens ou serviços, ou de formas novas. Costumam ser indivíduos inclinados a aceitar riscos pessoais, profissionais ou financeiros para aproveitar uma oportunidade.

O maior ativo de que dispõem os empresários é sua capacidade inovadora, que lhes permite, numa economia de mercado, melhorar os resultados da sua empresa graças à iniciativa, à vontade de rendimento e à capacidade para assumir riscos. A implementação de invenções, a inovação permanente de produtos e processos de produção, bem como a abertura de novos mercados se encontram entre as funções primárias dos empresários. A capacidade de se impor, a criatividade, as faculdades organizacionais e a liderança pessoal são algumas das competências principais de um empresário.

Contudo, a inovação econômica e a mudança estrutural não excluem a perda temporária de postos de trabalho que tenham perdido sua rentabilidade. A concorrência e o processo de seleção do mercado oferecem, não obstante, as melhores oportunidades para voltar a um alto nível de emprego e manter a competitividade, graças a uma alta dinâmica inovadora, uma nova competitividade e o crescimento econômico.

Atualmente, com o processo de globalização e o desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação, a responsabilidade socioeconômica do empresário se desenvolve num novo contexto. Novas formas internacionais de produção e modelos de negócio, bem como a concorrência em nível mundial, contribuem para que os países concorram cada vez mais para atrair indústrias e investimentos. A aceleração dos processos de decisão precisa ser sustentada por hierarquias empresariais mais ágeis. Em condições de concorrência tão difíceis, o sucesso sustentável de uma empresa não pode ser alcançado contra a vontade dos trabalhadores.

I.11.4. Contabilidade e cálculo dos ganhos

A *contabilidade*, como subdisciplina das ciências da administração de empresas, é o registro quantitativo de fatos econômicos em um determi-

MARCELO F. RESICO

nado momento. Para definir e delimitar os fluxos de produtos e serviços e os fluxos financeiros de uma empresa, foram definidos termos que são utilizados na linguagem corrente. Particularmente, são definidas quatro *dotações*: *Cobranças e pagamentos*, *Receitas e gastos*, *Despesas e renda*, *Benefícios e custos*.

A renda e custos são a base da contabilidade do *cálculo custo-benefício*. O cálculo custo-benefício faz parte da contabilidade interna, não regulada por lei. Cada empresa pode concebê-la do seu jeito e não está disponível para pessoas externas. As vendas são a geração valorada de bens por parte da empresa durante um período determinado, enquanto os custos são o consumo valorado de bens pela empresa; o saldo é denominado *resultado operacional*.

Como vimos, a empresa determina a lucro através do cálculo de seus custos operacionais com a finalidade de verificar se teve sucesso com os produtos fabricados ou serviços prestados aos preços de mercado. O *papel do lucro* é fundamental para o funcionamento da empresa. Geralmente constitui a base para a remuneração variável dos dirigentes, o pagamento de dividendos aos acionistas de uma sociedade anônima e a quantia em impostos que será paga ao fisco. O lucro também é calculado para informar àqueles que têm interesses na empresa e à opinião pública sobre a situação econômica da empresa. Os sindicatos, por exemplo, decidem suas reivindicações salariais, em parte, a partir do lucro da empresa, os empregados tiram suas conclusões no que tange à segurança do seu posto de trabalho e os bancos consideram o nível de lucros na hora de conceder um crédito.

O lucro é determinado segundo diferentes *métodos de cálculo*. Na contabilidade externa, a lucro é o superávit da renda em relação às despesas. No lucro são incluídos, basicamente, todos os saldos (positivos) das dotações básicas da contabilidade empresarial, isto é, das cobranças/pagamentos, receitas/gastos, lucro ou benefícios/custos. O **demonstrativo financeiro** não só inclui o balanço, que deve refletir o patrimônio da empresa, como também o denominado *demonstrativo de resultados*, que reflete os

I.11. Teoria da oferta e da empresa

fatores que determinaram o sucesso. Diferentemente do balanço, que apresenta um cálculo de estoques em uma data precisa, o demonstrativo de resultados é um cálculo de fluxo ao longo de um ano inteiro.

O demonstrativo de resultados deve indicar se foi alcançado o objetivo de toda empresa privada, que é gerar lucro. Para obter uma visão mais clara do sucesso das atividades próprias de uma empresa, recorre-se frequentemente ao **resultado operacional**. O resultado operacional é calculado depurando o superávit anual de dotações extraordinárias não causadas pela atividade empresarial, dotações irregulares, não periódicas e despesas não diretamente relacionadas com o objetivo da empresa.

Além do conceito de lucro do direito comercial e da contabilidade de custos e benefícios, são discutidas também concepções teóricas. Conforme a teoria do lucro econômico, só é possível falar de lucro se o denominado **valor capitalizado** da empresa for mais alto no final do exercício econômico do que no início do mesmo. O valor capitalizado de uma empresa é calculado como o valor efetivo de todos os fluxos de pagamentos futuros, isto é, os fluxos de pagamentos futuros são submetidos à dedução de um tipo de juro calculado conforme o período analisado. São considerados como lucro somente os valores gerados além das quantias requeridas para assegurar o valor global da empresa.

Para saber se uma empresa trabalhou de forma rentável num exercício econômico transcorrido, é útil analisar e interrelacionar os dados contidos no demonstrativo de resultados. A análise dos demonstrativos financeiros realizada com a finalidade de conhecer a situação e o desenvolvimento econômico de uma empresa é denominada **análise do balanço** ou, mais corretamente, análise do demonstrativo financeiro. No bojo desta análise são gerados indicadores que permitem realizar comparações econômicas também entre empresas de portes diferentes. Para poder avaliar o lucro, costuma-se recorrer ao balanço e ao demonstrativo de resultados para calcular os indicadores de rentabilidade do capital contábil, rentabilidade total e rentabilidade das vendas.

MARCELO F. RESICO

1.11.5. Tipos de empresas e sociedades

Enquanto as **empresas de propriedade privada** costumam ter fins lucrativos e seu donos assumem o risco e a responsabilidade empresarial, existem **empresas públicas** de direito público, que estão voltadas para o cumprimento de um mandato público de atendimento e serviços. Neste caso é o Estado, em qualquer dos seus diversos níveis, isto é, em última instância o contribuinte, quem assume o risco e a responsabilidade.

Frequentemente as palavras empresa e sociedade são utilizadas como sinônimos. Do ponto de vista da administração de empresas, o termo **sociedade** enfatiza o aspecto financeiro e legal (perspectiva externa). Quando se fala de **empresa**, está se fazendo referência aos *aspectos técnico-administrativos* da unidade econômica (perspectiva interna).

A *Lei de sociedades* trata das empresas e companhias, sua forma de organização e suas características do ponto de vista jurídico. Neste sentido, a empresa é uma pessoa jurídica, uma entidade legal separada. Com relação a possíveis *formas jurídicas*, faz-se uma distinção entre empresas individuais, sociedades pessoais e sociedades de capital.

As *empresas individuais* são caracterizadas pelo poder de administração único do empresário, que responde de forma ilimitada (com seu patrimônio comercial e privado) por suas obrigações. A propriedade implica também em obrigações sociais; as decisões empresariais não podem ser tomadas de forma arbitrária.

As **sociedades de pessoas** devem ter pelo menos dois sócios. Também aqui a propriedade do capital e a direção da empresa costumam estar nas mãos da mesma pessoa. À exceção dos sócios comanditados de uma **sociedade em comandita** (responsabilidade limitada à quantia da participação), os sócios se responsabilizam igualmente com todos os seus bens. Entre as **sociedades de capital**, a responsabilidade se limita ao patrimônio da sociedade como pessoa jurídica. Frequentemente, o capital e a administração da empresa ficam em mãos diferentes.

I.11. Teoria da oferta e da empresa

Para ter acesso aos mercados internacionais, adicionalmente são desenvolvidas formas de organização, como por exemplo os *joint ventures* (várias empresas fundam uma empresa conjunta) ou alianças estratégicas, nas quais muitas vezes não é possível dividir a unidade econômica ou jurídica do negócio.

Palavras chave

Empresa
Custos de produção
Lucro
Maximização de benefícios
Enfoque dos acionistas
Enfoque dos participantes
Empresários
Inovação
Contabilidade
Resultado operacional
Demonstrativo financeiro
Valor de capitalização
Balanço
Tipos de empresas, privadas, públicas
Sociedades de pessoas
Sociedades em comandita
Sociedades de capital